



Centro Administrativo

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SC

**Auditor Estadual de Finanças Públicas
Ciências Contábeis
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SC**, cargo de **Auditor Estadual de Finanças Públicas - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kpm4SXB2CcTyegP68>

1- ABCDE	21- ABCDE	41- ABCDE	61- ABCDE	81- ABCDE	101- ABCDE	121- ABCDE	141- ABCDE	161- ABCDE
2- ABCDE	22- ABCDE	42- ABCDE	62- ABCDE	82- ABCDE	102- ABCDE	122- ABCDE	142- ABCDE	162- ABCDE
3- ABCDE	23- ABCDE	43- ABCDE	63- ABCDE	83- ABCDE	103- ABCDE	123- ABCDE	143- ABCDE	163- ABCDE
4- ABCDE	24- ABCDE	44- ABCDE	64- ABCDE	84- ABCDE	104- ABCDE	124- ABCDE	144- ABCDE	164- ABCDE
5- ABCDE	25- ABCDE	45- ABCDE	65- ABCDE	85- ABCDE	105- ABCDE	125- ABCDE	145- ABCDE	165- ABCDE
6- ABCDE	26- ABCDE	46- ABCDE	66- ABCDE	86- ABCDE	106- ABCDE	126- ABCDE	146- ABCDE	166- ABCDE
7- ABCDE	27- ABCDE	47- ABCDE	67- ABCDE	87- ABCDE	107- ABCDE	127- ABCDE	147- ABCDE	167- ABCDE
8- ABCDE	28- ABCDE	48- ABCDE	68- ABCDE	88- ABCDE	108- ABCDE	128- ABCDE	148- ABCDE	168- ABCDE
9- ABCDE	29- ABCDE	49- ABCDE	69- ABCDE	89- ABCDE	109- ABCDE	129- ABCDE	149- ABCDE	169- ABCDE
10- ABCDE	30- ABCDE	50- ABCDE	70- ABCDE	90- ABCDE	110- ABCDE	130- ABCDE	150- ABCDE	170- ABCDE
11- ABCDE	31- ABCDE	51- ABCDE	71- ABCDE	91- ABCDE	111- ABCDE	131- ABCDE	151- ABCDE	171- ABCDE
12- ABCDE	32- ABCDE	52- ABCDE	72- ABCDE	92- ABCDE	112- ABCDE	132- ABCDE	152- ABCDE	172- ABCDE
13- ABCDE	33- ABCDE	53- ABCDE	73- ABCDE	93- ABCDE	113- ABCDE	133- ABCDE	153- ABCDE	173- ABCDE
14- ABCDE	34- ABCDE	54- ABCDE	74- ABCDE	94- ABCDE	114- ABCDE	134- ABCDE	154- ABCDE	174- ABCDE
15- ABCDE	35- ABCDE	55- ABCDE	75- ABCDE	95- ABCDE	115- ABCDE	135- ABCDE	155- ABCDE	175- ABCDE
16- ABCDE	36- ABCDE	56- ABCDE	76- ABCDE	96- ABCDE	116- ABCDE	136- ABCDE	156- ABCDE	176- ABCDE
17- ABCDE	37- ABCDE	57- ABCDE	77- ABCDE	97- ABCDE	117- ABCDE	137- ABCDE	157- ABCDE	177- ABCDE
18- ABCDE	38- ABCDE	58- ABCDE	78- ABCDE	98- ABCDE	118- ABCDE	138- ABCDE	158- ABCDE	178- ABCDE
19- ABCDE	39- ABCDE	59- ABCDE	79- ABCDE	99- ABCDE	119- ABCDE	139- ABCDE	159- ABCDE	179- ABCDE
20- ABCDE	40- ABCDE	60- ABCDE	80- ABCDE	100- ABCDE	120- ABCDE	140- ABCDE	160- ABCDE	180- ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/kjbpi9>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4e3WXTa>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder. Em teoria, qualquer um pode se juntar ao debate sobre o futuro da humanidade, mas é muito difícil manter uma visão lúcida. Muitas vezes, nem sequer percebemos que um debate está acontecendo, ou quais são suas questões cruciais. Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o “luxo” de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos. Infelizmente, a história não poupa ninguém. Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência, porque você está ocupado demais alimentando e vestindo seus filhos – você e eles não estarão eximidos das consequências. Isso é muito injusto, mas quem disse que a história é justa?

Como historiador, não posso dar às pessoas alimento ou roupas – mas posso tentar oferecer alguma clareza, ajudando assim a equilibrar o jogo global. Se isso capacitar ao menos mais um punhado de pessoas a participar do debate sobre o futuro da nossa espécie, terei realizado minha tarefa.

Meu primeiro livro, *Sapiens*, investigou o passado humano, examinando como um macaco insignificante dominou a Terra. *Homo Deus*, meu segundo livro, explorou o futuro da vida a longo prazo, contemplando como os humanos finalmente se tornarão deuses, e qual pode ser o destino final da inteligência e da consciência.

Neste livro quero analisar mais de perto o aqui e o agora. Meu foco está nas questões atuais e no futuro imediato das sociedades humanas. O que está acontecendo neste momento? Quais são os maiores desafios e escolhas de hoje? Qual deve ser o foco de nossa atenção? O que devemos ensinar a nossos filhos?

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-12.

1. Ao analisar o atual debate sobre o futuro da humanidade, o autor considera que

a) é fácil perceber que há uma importante discussão ocorrendo.

b) cuidar da família é um luxo que poucas pessoas obtêm.

c) tem algum poder para ajudar a equilibrar o jogo global.

d) o futuro da humanidade já está definido.

e) a história, apesar de não parecer, é sempre justa.

2. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:

a) debater sobre o futuro da humanidade e manter uma visão lúcida

b) tomar conta das crianças e cuidar dos pais idosos

c) investigar o passado humano e um macaco insignificante dominar a Terra

d) o que está acontecendo neste momento e os maiores desafios de hoje

e) o foco de nossa atenção e o ensinamento de nossos filhos

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) investigou o passado humano = condenou a história da humanidade

b) futuro da vida a longo prazo = destino imediato da existência humana

c) um punhado de pessoas = um pequeno grupo de indivíduos

d) inundado de informações irrelevantes = desprovido de informações importantes

e) a história não poupa ninguém = os eventos históricos não reduzem a nossa importância

4. Exerce a função sintática de sujeito o termo sublinhado na seguinte oração:

a) manter uma visão lúcida.

b) a história não poupa ninguém

c) não estarão eximidos das consequências

d) quem disse que a história é justa

e) Sapiens, investigou o passado humano

“Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o ‘luxo’ de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos.” (1º PARÁGRAFO)

5. No contexto em que se encontram, os elementos sublinhados expressam, respectivamente, ideia de

- a) explicação e exemplificação
- b) causa e causa
- c) causa e conformidade
- d) explicação e comparação
- e) conclusão e comparação

- *podem se permitir o “luxo” de investigá-las*

- *Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência*

- *Isso é muito injusto*

6. Os termos sublinhados acima referem-se no contexto, respectivamente, a:

- a) informações irrelevantes – o leitor – consequências
- b) informações irrelevantes – humanidade – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- c) questões cruciais – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências
- d) questões cruciais – história – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- e) coisas mais urgentes – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências

TEXTO 2

A viajante

Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.

Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas, e tantas vezes troquei o sossego de uma casa pelo assanhamento triste dos ventos da vagabundagem, eu não direi que fique.

Em minhas andanças, eu quase nunca soube se estava fugindo de alguma coisa ou caçando outra. Você talvez esteja fugindo de si mesma, e a si mesma caçando; nesta brincadeira boba passamos todos, os inquietos, a maior parte da vida – e às vezes reparamos que é ela que se vai, está sempre indo, e nós (às vezes) estamos apenas quietos, vazios, parados, ficando. Assim estou eu. E não é sem melancolia que me preparo para ver você sumir na curva do rio – você que não chegou a entrar na minha vida, que não pisou na minha barraca, mas, por um instante, deu um movimento mais alegre à corrente, mais brilho às espumas e mais doçura ao murmúrio das águas. Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou.

Apenas quero que dentro de si mesma haja, na hora de partir, uma determinação austera e suave de não esperar muito; de não pedir à viagem alegrias muito maiores que a de alguns momentos. Como este, sempre maravilhoso, em que no bojo da noite, na poltrona de um avião ou de um trem, ou no convés de um navio, a gente sente que não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida, uma pequena multidão de caras e problemas e inquietações que pareciam eternas e fatais e, de repente, somem como a nuvem que fica para trás. Esse instante de libertação é a grande recompensa do vagabundo; só mais tarde ele sente que uma pessoa é feita de muitas almas, e que várias, dele, ficaram penando na cidade abandonada. E há também instantes bons, em terra estrangeira melhores que o das excitações e descobertas, e as súbitas visões de beleza sonhadas. São aqueles momentos mansos em que, de uma janela ou da mesa de um bar, ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga, e reconhece que aquele perfil de casas e chaminés já é um pouco, e docemente, coisa sua.

[...]

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. 31ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010. Adaptado.)

7. Segundo o texto, ao sair de sua cidade,

- a) o viajante jamais poderá reconhecer a terra estrangeira como sendo parte de si.
- b) é possível se libertar de uma vida inteira de problemas e inquietações.
- c) reconhece-se que a experiência de conhecer uma cidade estrangeira é sempre mais gratificante do que os momentos de despedida.
- d) o viajante deixa para trás não apenas um lugar, mas também um fragmento de sua vida.
- e) o que se quer é apenas escapar de conflitos pessoais que o acompanham.

ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga... (4º parágrafo)

8. No trecho acima, observa-se a figura de linguagem conhecida como

- a) antítese
- b) eufemismo
- c) hipérbole
- d) pleonismo
- e) personificação

9. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:

- a) e às vezes reparamos que é ela que se vai
- b) Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou
- c) Apenas quero que dentro de si mesma haja
- d) a gente sente que não está deixando apenas uma cidade
- e) reconhece que aquele perfil de casas e chaminés

10. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar um deslocamento no seguinte trecho:

- a) Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.
- b) Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas
- c) fugindo de si mesma, e a si mesma caçando
- d) que resultou triste, mas passou.
- e) não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Determinado capital foi aplicado a juros simples, à taxa de 16% ao ano, durante 9 meses. Ao término desse prazo, o montante foi integralmente reaplicado, também a juros simples, em duas partes: a maior delas, correspondente a $\frac{3}{5}$ do montante, à taxa de 1,25% ao mês durante 5 meses; a outra, à taxa de 15% ao ano durante 1 ano e 3 meses. Sabendo que os juros dessas duas reaplicações totalizaram R\$ 9.702,00, o capital aplicado inicialmente era igual a

- a) R\$ 75.000,00
- b) R\$ 86.240,00
- c) R\$ 77.000,00
- d) R\$ 63.000,00
- e) R\$ 70.560,00

12. Uma aplicação financeira de 1 ano, remunerada a juros compostos à taxa nominal de 20% ao ano, com capitalização semestral, gerou R\$ 8.400,00 de juros. Outra aplicação, de mesmo capital inicial, foi realizada a juros simples, à taxa de 12% ao ano, pelo prazo de 1 ano e 8 meses. O montante dessa segunda aplicação, ao final do prazo, foi de

- a) R\$ 50.400,00
- b) R\$ 48.000,00
- c) R\$ 48.640,00
- d) R\$ 51.072,00
- e) R\$ 48.400,00

13. Um capital foi aplicado durante 2 anos, em regime de capitalização contínua, à taxa de 10% ao ano. Nesse período, a inflação foi de 4% no primeiro ano e de 5% no segundo ano. Sendo e a base dos logaritmos neperianos, a taxa real de juros dessa aplicação, no período total de 2 anos, é dada por

a) $e^{0,2} - 1,092$

b) $\frac{e^{0,2}}{1,09} - 1$

c) $\frac{1,21}{1,092} - 1$

d) $\frac{e^{0,2}}{1,092} - 1$

e) $\frac{e^{0,1}}{1,092} - 1$

14. Em uma mesma data, uma empresa descontou dois títulos em um banco que opera com taxa de desconto de 2% ao mês. Um deles, com vencimento para daqui a 5 meses, foi descontado pelo critério do desconto racional simples; o outro, com vencimento para daqui a 2 meses, pelo critério do desconto comercial simples. Os dois títulos tiveram o mesmo valor atual, e o valor nominal do título descontado pelo critério racional superava em R\$ 1.680,00 o do outro título. O valor total recebido pela empresa nessa operação foi de

a) R\$ 56.000,00

b) R\$ 57.600,00

c) R\$ 48.384,00

d) R\$ 61.680,00

e) R\$ 47.250,00

15. Uma empresa tem duas obrigações com um fornecedor: R\$ 42.000,00, vencível daqui a 1 ano, e R\$ 21.000,00, vencível daqui a 2 anos. Em negociação, as partes acordaram substituí-las por dois pagamentos de mesmo valor, vencíveis daqui a 3 anos e daqui a 4 anos, adotando-se a taxa de juros compostos de 10% ao ano. O valor de cada um desses pagamentos é igual a

a) R\$ 36.960,00

b) R\$ 40.656,00

c) R\$ 35.200,00

d) R\$ 38.720,00

e) R\$ 38.000,00

16. Os projetos de investimento A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D, na data 0, e têm os fluxos de caixa apresentados no quadro a seguir.

Ano	Projeto A (R\$)	Projeto B (R\$)
0	-D	-D
1	15.400,00	X
2	10.890,00	15.840,00

A taxa interna de retorno (TIR) do projeto A é igual a 10% ao ano, ao passo que a do projeto B é igual a 20% ao ano. Nessas condições, o valor de X é igual a

a) R\$ 12.000,00

b) R\$ 17.280,00

c) R\$ 10.900,00

d) R\$ 11.275,00

e) R\$ 14.400,00

17. Um imóvel de R\$ 400.000,00 foi adquirido com entrada correspondente a 40% de seu valor. O saldo foi financiado em 48 prestações mensais e consecutivas, a primeira com vencimento 1 mês após a compra, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), com taxa de juros de 2% ao mês. Dado que, para essa taxa e esse número de prestações, o fator de recuperação de capital é 0,0326, a 25ª prestação do financiamento corresponde a

a) R\$ 7.612,00

b) R\$ 7.824,00

c) R\$ 6.412,00

d) R\$ 7.562,00

e) R\$ 7.400,00

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

18. Os auditores fiscais Adriana, Breno, Cíntia, Diego e Estela revezam-se no plantão de um posto fiscal, sempre nessa ordem e de forma cíclica, de modo que, após o plantão de Estela, o plantão seguinte cabe a Adriana. Cada plantão dura um dia inteiro e é cumprido por um único auditor. O posto funciona de segunda-feira a sábado, inclusive nos feriados, e permanece fechado aos domingos, dias em que o rodízio não avança. Na segunda-feira, 2 de março de 2026, o plantão coube a Breno.

Com base nessas informações, o dia 30 de maio de 2026 foi

- a) um sábado, e o plantão coube a Adriana.
- b) uma sexta-feira, e o plantão coube a Diego.
- c) um domingo, dia em que o posto esteve fechado.
- d) um sábado, e o plantão coube a Diego.
- e) um sábado, e o plantão coube a Cíntia.

19. Após a abordagem de um caminhão em um posto fiscal, um auditor registrou em seu relatório as seguintes afirmações a respeito da carga transportada:

- I. A nota fiscal acompanhava a carga e o ICMS não foi recolhido.
- II. Ou a carga foi liberada, ou o auto de infração foi lavrado.
- III. O ICMS foi recolhido e a carga foi liberada.
- IV. O auto de infração foi lavrado se, e somente se, o ICMS não foi recolhido.
- V. Se a carga foi liberada, então o auto de infração foi lavrado.

Sabendo que exatamente uma dessas afirmações é falsa, conclui-se que

- a) a nota fiscal acompanhava a carga e o auto de infração foi lavrado.
- b) o ICMS foi recolhido e a carga não foi liberada.
- c) se o auto de infração foi lavrado, então a carga foi liberada.

d) a carga foi liberada ou o ICMS foi recolhido.

e) a nota fiscal não acompanhava a carga se, e somente se, o auto de infração foi lavrado.

20. Em uma operação de fiscalização, os auditores fiscais Fábio, Gisele, Hugo e Irene atuaram, cada um, em um município diferente de Santa Catarina: Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages. Os números de empresas fiscalizadas por esses auditores foram, não necessariamente nessa ordem, 6, 8, 10 e 12. Sabe-se que:

- Juntos, Gisele e Irene fiscalizaram 22 empresas;
- O auditor que atuou em Chapecó fiscalizou 4 empresas a mais do que Hugo;
- Irene não atuou em Chapecó nem em Blumenau;
- O auditor que atuou em Lages fiscalizou menos empresas do que o auditor que atuou em Blumenau;
- Fábio não atuou em Blumenau.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Irene atuou em Lages e fiscalizou 10 empresas.
- b) Fábio atuou em Lages e fiscalizou 8 empresas.
- c) Gisele atuou em Chapecó e fiscalizou 10 empresas.
- d) Irene atuou em Joinville e fiscalizou 12 empresas.
- e) Hugo atuou em Blumenau e fiscalizou 8 empresas.

21. Considere a sequência infinita a seguir, construída a partir de um padrão lógico.

5, 50, 3, 9, 47, 8, 13, 44, 13, 17, 41, 18, ...

Seja p a posição ocupada pelo primeiro termo negativo dessa sequência. O termo que ocupa a posição $2p$ é igual a

- a) 141
- b) 178
- c) 145
- d) 137
- e) 149

22. O acesso a um sistema de uma secretaria de fazenda é protegido por uma senha formada por 4 algarismos distintos. Após cada tentativa de acesso, o sistema informa quantos dos algarismos digitados pertencem à senha e estão na posição correta e quantos pertencem à senha, mas estão em posição errada. A tabela mostra as três tentativas feitas por um servidor e as respectivas respostas do sistema.

Tentativa	Posição				Na posição correta	Em posição errada
	1ª	2ª	3ª	4ª		
1ª	7	5	2	9	0	2
2ª	8	2	0	5	0	4
3ª	5	2	8	0	2	2

Com base nessas informações, a senha correta é

- a) 2850
- b) 5082
- c) 0852
- d) 5820
- e) 2058

23. Seis postos fiscais, identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, estão instalados em pontos distintos de uma rodovia retilínea que segue na direção leste-oeste. Dois postos são vizinhos quando não há outro posto entre eles. Sobre a localização desses postos, sabe-se que:

- Há exatamente dois postos a oeste do posto C;
- O posto A fica a leste do posto E, mas não é o posto mais a leste de todos;
- Entre os postos B e F há exatamente um posto;
- O posto D é vizinho do posto A e fica a leste dele;
- Os postos F e A não são vizinhos.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) o posto B fica imediatamente a oeste do posto A.
- b) o posto F fica imediatamente a oeste do posto A.
- c) o posto C fica imediatamente a leste do posto D.
- d) o posto D fica entre os postos B e F.
- e) o posto B é o posto mais a leste de todos.

24. Em 2025, a arrecadação de ICMS de certo estado totalizou R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões vieram do setor de combustíveis, R\$ 5 bilhões vieram do setor de energia elétrica e o restante veio dos demais setores da economia. Em 2026, em comparação com 2025, a arrecadação proveniente do setor de combustíveis cresceu 20%, a do setor de energia elétrica caiu 10% e a dos demais setores cresceu 5%.

De 2025 para 2026, a participação do setor de combustíveis na arrecadação total de ICMS desse estado

- a) aumentou 9 pontos percentuais.
- b) aumentou cerca de 2 pontos percentuais.
- c) aumentou cerca de 11,1 pontos percentuais.
- d) aumentou 5 pontos percentuais.
- e) aumentou 20 pontos percentuais.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

25. Em determinada unidade administrativa, foram registrados os seguintes tempos, em minutos, necessários para concluir uma rotina de conferência documental:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 20, 23, 25, 32

Considerando o conjunto de dados como uma população, é correto afirmar que a

- a) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 19 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- b) média é igual a 20 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.
- c) mediana é igual a 19 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- d) média é igual a 20 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- e) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.

26. Uma comissão deverá selecionar 4 servidores distintos dentre 9 servidores para compor uma equipe de fiscalização. Após a seleção, os quatro servidores ocuparão, respectivamente, as funções de coordenador, analista, secretário e apoio, sendo que cada função será ocupada por apenas um servidor.

Nessas condições, o número de equipes distintas que podem ser formadas é

- a) 126.
- b) 1512.
- c) 504.
- d) 6561.
- e) 3024.

27. Uma variável aleatória contínua X , que representa o tempo, em horas, necessário para concluir determinado procedimento, possui distribuição normal com média de 10 horas e desvio-padrão de 2 horas.

Considerando que, para a distribuição normal padrão,

$$P(Z, \leq 15) = 0,9332$$

e

$$P(Z, \leq -15) = 0,0668,$$

a probabilidade de um procedimento escolhido ao acaso ser concluído entre 7 e 13 horas é

- a) 0,6826.
- b) 0,8413.
- c) 0,8664.
- d) 0,9332.
- e) 0,9974.

28. Em uma auditoria, deseja-se estimar a média μ de determinada variável de interesse de uma população. Uma amostra aleatória simples de 64 elementos apresentou média amostral igual a 48. Admita-se que o desvio-padrão populacional seja conhecido e igual a 8.

Considerando um nível de confiança de 95% e $z_{0,975} = 1,96$, o intervalo de confiança para μ é

- a) $[46,04; 49,96]$.
- b) $[46,40; 49,60]$.
- c) $[47,02; 48,98]$.
- d) $[45,92; 50,08]$.
- e) $[44,16; 51,84]$.

29. Em uma auditoria, a variável aleatória X representa o número de ocorrências de uma irregularidade contábil em um conjunto de documentos, e admite-se que X siga uma distribuição de Poisson com parâmetro $\lambda = 2$.

A probabilidade de que, em um conjunto escolhido aleatoriamente, ocorram exatamente 3 irregularidades é dada por

$$P(X = 3) = \frac{e^{-2} 2^3}{3!}.$$

Considerando $e^{-2} \approx 0,1353$, o valor aproximado dessa probabilidade é

- a) 0,0902.
- b) 0,1804.
- c) 0,2706.
- d) 0,3616.
- e) 0,5412.

30. Em uma análise de dados de execução orçamentária, foram observados os seguintes pares (x, y) , em que x representa o número de ações de fiscalização realizadas e y , o valor recuperado, em milhares de reais:

x	1	2	3	4
y	10	14	15	21

Considere o modelo de regressão linear simples

$$\hat{y} = a + bx.$$

Sabendo que

$$\bar{x} = 2,5 \text{ e } \bar{y} = 15,$$

e que

$$\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 17,$$

o valor estimado de y quando $x = 5$ é

- a) 23,5.
- b) 24,0.
- c) 25,0.
- d) 25,5.
- e) 27,0.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Em determinado Estado, o secretário da Fazenda, na condição de responsável pela gestão de recursos públicos, apresentou suas contas ao Tribunal de Contas. No mesmo período, o governador prestou as contas anuais de seu governo. Considerando a repartição constitucional das competências de controle externo, é correto afirmar que

- a) compete exclusivamente à Assembleia Legislativa julgar as duas prestações de contas, cabendo ao Tribunal de Contas apenas fornecer informações técnicas, sem emitir parecer prévio.
- b) o Tribunal de Contas julgará definitivamente ambas as contas, pois todos os agentes públicos estão sujeitos à fiscalização externa.

- c) o Tribunal de Contas julgará as contas do secretário e emitirá parecer prévio sobre as contas anuais do governador, a serem julgadas pela Assembleia Legislativa.
- d) o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas do secretário e julgará as contas anuais do governador.
- e) as contas do governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa após parecer prévio do Tribunal de Contas, mas as do secretário serão julgadas pelo controle interno do Executivo.

32. Para reorganizar a administração estadual, o governador encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei específica que prevê a criação de uma autarquia e a instituição de uma empresa pública. À luz da CF/1988, a aprovação desse projeto

- a) criará tanto a autarquia quanto a empresa pública, atribuindo personalidade jurídica a ambas com a publicação da lei.
- b) apenas autorizará a criação da autarquia, enquanto a empresa pública poderá ser instituída por decreto do governador.
- c) será desnecessária se o governador editar decreto sobre a organização das duas entidades e comunicar o ato à Assembleia Legislativa.
- d) criará a autarquia e autorizará a instituição da empresa pública, que não surgirá automaticamente com a publicação da lei.
- e) deverá ocorrer por lei complementar para a autarquia e por lei ordinária para a empresa pública, que será criada diretamente por esta última.

33. Ao encerrar o exercício financeiro, um Estado registrou como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a 26% da receita de impostos considerada para esse fim. Desse total, uma parcela equivalente a 2 pontos percentuais foi usada para pagar aposentadorias. Em ações e serviços públicos de saúde, aplicou 13% da respectiva base legal. Considerados os mínimos nacionais, o Estado

- a) não atingiu o mínimo do ensino, pois as aposentadorias devem ser excluídas do cálculo, mas superou o piso de aplicação em saúde.
- b) cumpriu ambos os mínimos, porque as aposentadorias dos antigos profissionais da educação podem integrar o percentual destinado ao ensino.
- c) cumpriu apenas o mínimo do ensino, pois a aplicação estadual em saúde deve alcançar pelo menos 15%.
- d) descumpriu os dois mínimos, já que as aposentadorias não contam para o ensino e a saúde estadual exige aplicação de 18%.
- e) poderá compensar a insuficiência do ensino com o valor aplicado em saúde acima do mínimo, desde que mantenha a soma das despesas.

34. Carolina solicitou a uma empresa privada de proteção ao crédito acesso às informações mantidas sobre ela em um cadastro consultado por terceiros. A empresa recusou expressamente o pedido. Nessa situação, de acordo com a CF/1988, Carolina

- a) não poderá usar o *habeas data*, pois a natureza privada da empresa afasta essa garantia constitucional, ainda que o cadastro disponibilize informações a terceiros.
- b) deverá impetrar mandado de segurança coletivo, pois o acesso a dados pessoais mantidos por empresa privada exige a atuação de associação constituída há pelo menos um ano.
- c) poderá propor ação popular, uma vez que a divulgação de informações por empresa privada

constitui, por si só, ato lesivo à moralidade administrativa e ao patrimônio público.

- d) deverá impetrar mandado de injunção, pois a recusa de acesso demonstra a falta de norma regulamentadora do direito constitucional à proteção de dados pessoais.
- e) poderá impetrar *habeas data* para conhecer as informações relativas à sua pessoa, pois o cadastro tem caráter público, sendo gratuita a ação.

35. De acordo com a CF/1988, no âmbito da competência concorrente para legislar sobre direito financeiro

- a) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados ficam impedidos de legislar até que a União exerça sua competência.
- b) na ausência de lei federal sobre normas gerais, o Estado exerce competência legislativa plena; lei federal posterior suspende a eficácia das disposições estaduais que lhe forem contrárias.
- c) a edição posterior de normas gerais federais revoga integralmente a lei estadual anterior, inclusive na parte compatível com a legislação da União.
- d) compete à União editar normas gerais e aos Estados apenas executá-las administrativamente, sendo vedada a edição de leis estaduais suplementares sobre direito financeiro.
- e) os Estados podem editar normas gerais nacionais de direito financeiro quando considerarem insuficiente a lei federal, afastando sua aplicação no território estadual.

36. De acordo com a CF/1988, no exercício de sua função de agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado

- a) estabelece planejamento obrigatório para todas as empresas privadas, pois as metas públicas prevalecem integralmente sobre a livre iniciativa.
- b) pode explorar diretamente qualquer atividade econômica de seu interesse, desde que o faça por empresa pública sujeita ao direito privado.
- c) exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- d) exerce fiscalização e planejamento, mas não pode incentivar atividades econômicas, função reservada às entidades privadas autorizadas por lei.
- e) deve explorar diretamente as atividades econômicas como regra, deixando à iniciativa privada apenas aquelas sem relevante interesse coletivo.

37. De acordo com a CF/1988, o Presidente da República pode, mediante decreto,

- a) criar órgãos públicos federais para reorganizar a administração, desde que a medida não acarrete aumento de despesa.
- b) extinguir cargos públicos ocupados, desde que coloque seus titulares em disponibilidade e preserve sua remuneração.
- c) extinguir órgãos da administração federal quando a medida for proposta pelo ministro competente e não elevar as despesas.
- d) dispor sobre a organização da administração federal, sem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos, e extinguir funções ou cargos vagos.
- e) criar funções públicas para substituir cargos vagos extintos, desde que o custo das novas funções não ultrapasse a economia obtida com as extinções.

38. De acordo com as regras atuais da CF/1988 sobre a perda da nacionalidade brasileira

- a) a aquisição voluntária de outra nacionalidade provoca automaticamente a perda da brasileira, mesmo sem pedido expresse.
 - b) a naturalização pode ser cancelada administrativamente quando o naturalizado praticar conduta considerada nociva ao interesse nacional.
 - c) o pedido expresse de perda da nacionalidade é admitido mesmo que produza apatridia, desde que apresentado à autoridade brasileira competente.
 - d) o cancelamento judicial da naturalização pode decorrer de fraude no processo ou da prática de qualquer crime doloso após sua conclusão.
 - e) a aquisição de outra nacionalidade não provoca, por si só, a perda da brasileira, e o pedido expresse de perda não pode gerar apatridia.
-

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA*Rodrigo Bet*

39. Em determinado município catarinense, Joana, reconhecidamente pobre na forma da lei, foi informada de que deveria pagar pelo registro e pela certidão de adoção de menor. Em situação distinta, Carlos apresentou requerimento administrativo para que fosse suprida omissão do Poder Público que tornava inviável o exercício de direito constitucional, mas a autoridade afirmou que poderia analisar o pedido em até sessenta dias.

À luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) A cobrança feita a Joana é válida, pois a gratuidade constitucional alcança apenas o registro civil e a certidão de nascimento, enquanto o prazo informado a Carlos está correto.
- b) A cobrança feita a Joana é inválida, mas a omissão administrativa somente precisa ser suprida após provocação judicial do interessado.
- c) A cobrança feita a Joana é inválida e a omissão deve ser suprida, na esfera administrativa, no prazo de trinta dias contado do requerimento, sem prejuízo da utilização de medidas judiciais.
- d) A cobrança feita a Joana é válida, salvo se houver decisão judicial específica reconhecendo a gratuidade, e o prazo para suprir a omissão é de trinta dias úteis.
- e) A cobrança feita a Joana é inválida, pois todos os atos de registro civil são gratuitos a qualquer cidadão, e a omissão deve ser suprida em quinze dias.

40. Durante fiscalização financeira estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina solicitou ao Tribunal de Contas informações sobre auditoria realizada em órgão do Poder Executivo. Paralelamente, a Administração encaminhou ao Tribunal atos de nomeação para cargos exclusivamente em comissão, para fins de registro, e sustentou que caberia ao próprio Tribunal julgar as contas anuais do Governador.

Considerando as competências previstas na Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até sessenta dias, registrar as nomeações para cargos em comissão e julgar as contas anuais do Governador.
- b) O Tribunal de Contas pode recusar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa quando a auditoria tiver sido realizada por iniciativa própria, mas deve apreciar para registro todas as admissões de pessoal.
- c) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias e julgar as contas anuais do Governador, cabendo à Assembleia Legislativa apenas acompanhar o respectivo processo.
- d) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias; as nomeações para cargo de provimento em comissão são excepcionadas da apreciação para fins de registro; e as contas anuais do Governador são objeto de parecer prévio, e não de julgamento pelo Tribunal.
- e) O Tribunal de Contas somente pode prestar informações por solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, devendo, contudo, registrar os atos de nomeação em comissão e emitir parecer prévio sobre as contas do Governador em noventa dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. A respeito das garantias constitucionais e dos remédios postos à disposição do cidadão para coibir o abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal exige o recolhimento prévio de taxa específica para o exercício do direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Conforme disposição expressa do art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O mandado de segurança é instrumento cabível unicamente contra atos praticados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, excluindo-se as atribuições delegadas do Poder Público.
- d) A desapropriação de um bem por prefeito municipal com o intuito de beneficiar ou prejudicar determinado indivíduo consubstancia hipótese de excesso de poder por vício de competência.
- e) A concessão de licença a servidor promovida por autoridade que não possui a devida competência ou delegação caracteriza desvio de finalidade.

42. Considere as disposições expressas da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) relativas à classificação das informações quanto ao grau de sigilo e à proteção de informações pessoais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A informação classificada no grau reservado permanecerá sob restrição de acesso pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, enquanto a informação secreta vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.
- b) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.

c) A competência para classificar a informação no grau de sigilo ultrassecreto cabe exclusivamente ao Presidente da República, sendo vedada qualquer delegação dessa atribuição a agentes públicos.

d) O consentimento expresso da pessoa a que se referem as informações pessoais será indispensável em qualquer situação, não sendo admitida a divulgação das informações mesmo quando necessária à prevenção e diagnóstico médico do incapaz.

e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é de 30 (trinta) anos, contados a partir do encerramento do mandato da autoridade que a classificou.

43. O controle da Administração Pública abrange o julgamento de contas, a fiscalização orçamentária e os limites de atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A respeito da jurisprudência correlata aos sistemas de controle, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional norma estadual que concede ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno dos demais Poderes estaduais.
- b) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir o parecer prévio, quando extrapolado em muito o prazo constitucionalmente estipulado, não impede o Poder Legislativo de julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual.
- c) A pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas que imputa débito a responsável é imprescritível, nos termos do art. 37, § 5º, da Constituição Federal.
- d) A apreciação das contas de gestão prestadas por Prefeitos na qualidade de ordenadores de despesas compete exclusivamente às Câmaras Municipais, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de mero parecer prévio.
- e) O julgamento das contas dos órgãos do Poder Legislativo que auxiliam o controle externo, como o Tribunal de Contas, deve ser efetuado de forma conclusiva pelo próprio plenário da Corte de Contas.

44. Durante a fase de instrução processual de uma ação de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu cautelar no decorrer do processo, pleiteando o afastamento provisório do agente do cargo funcional. A respeito da medida de afastamento preventivo regida pelo art. 20 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento preventivo constitui sanção de natureza punitiva aplicável independentemente do trânsito em julgado.
- b) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- c) O afastamento cautelar acarretará o encerramento do pagamento do subsídio ou vencimento ao servidor durante todo o período em que perdurar a medida.
- d) O afastamento preventivo poderá ser determinado diretamente pela autoridade administrativa responsável pela apuração interna dos fatos.
- e) A medida cautelar de afastamento poderá ser fixada pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias.

45. Considere a situação em que um órgão da Administração Pública Federal efetuou a classificação de determinada informação no grau de sigilo secreto, sob o fundamento de que sua divulgação poderia pôr em risco a vida e a segurança da população. Passados dez anos da data de produção da informação, um cidadão apresentou pedido de desclassificação do documento, requerendo acesso integral ao seu conteúdo. O pedido de desclassificação foi protocolado diretamente perante a autoridade classificadora do respectivo órgão e, em decisão fundamentada, foi indeferido. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a afirmativa correta quanto ao procedimento recursal cabível:

- a) O requerente poderá interpor recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de dez dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de desclassificação.
- b) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, e esse recurso será submetido diretamente a essa autoridade, sem necessidade de tramitação hierárquica prévia.
- c) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, ressalvado que esse recurso somente pode ser dirigido a esta autoridade depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- d) O requerente deverá submeter recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações para reavaliar a classificação, não cabendo recurso ao Ministro de Estado em se tratando de sigilo grau secreto.
- e) O requerente poderá interpor recurso hierárquico no prazo de cinco dias, a contar da ciência da decisão impugnada, devendo a autoridade revisora deliberar no prazo de dez dias.

46. Acerca dos atos de improbidade administrativa e do entendimento dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública possui legitimidade autônoma e concorrente para propor a ação civil de improbidade administrativa.
- b) A utilização conjunta das Leis n. 8.429/1992 e n. 12.846/2013 para fundamentar uma mesma ação civil configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*, acarretando nulidade da inicial.
- c) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa, em razão da gravidade das sanções impostas.
- d) Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, sendo permitido e lícito que o bloqueio judicial corresponda ao débito total exigido em relação a cada um dos envolvidos individualmente.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.

47. A responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público é tema frequente em demandas judiciais, possuindo contornos bem definidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. Com base nesse entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários do serviço, restando afastada tal objetividade em relação aos terceiros não-usuários.
- c) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo facultado ao ofendido demandar diretamente contra o autor do ato.
- e) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo irrelevante e dispensável a demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

48. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu expressamente no seu texto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável aplicável às contratações públicas, que deve permear as diversas fases e instrumentos do processo licitatório. Acerca da aplicação e das disposições atinentes a esse princípio na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pelo desenvolvimento nacional sustentável impõe que, em processos de licitação, o menor preço global ou unitário, conjugado à melhor técnica, prevaleçam sobre a utilização de bens reciclados e recicláveis, vedando-se a criação de margem de preferência baseada apenas em sustentabilidade ambiental.
- b) As licitações públicas devem assegurar que o estudo técnico preliminar contemple unicamente a descrição da finalidade e viabilidade técnica da contratação, sendo que as medidas mitigadoras e os requisitos de baixo consumo devem ser elencados exclusivamente no projeto executivo da obra ou serviço.
- c) O desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas fundamenta a possibilidade da criação de medidas de compensação comercial ou tecnológica a serem observadas por órgãos e entidades da administração, sem possibilidade de aplicar o princípio às questões de proteção ambiental, que têm regulamento apartado.
- d) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, entre outros, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de mitigação, que reduza o uso de recursos e emissões.
- e) O atendimento a normas e especificações ambientais na licitação e contratação pública garante a escolha da proposta pautada no aspecto econômico em sentido estrito, por não se admitir contratação por valor superior por empresas que adotam critérios ambientais ou que geram emprego e renda.

49. A Administração Pública, no exercício de suas prerrogativas contratuais e buscando assegurar a regularidade da execução dos contratos administrativos, estabelece mecanismos de fiscalização e atuação. No tocante a essas prerrogativas, denominadas cláusulas exorbitantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta:

- a) A administração é obrigada a manter, no local da obra ou do serviço, um preposto por ela designado, sendo este o único responsável por assumir a responsabilidade civil objetiva pela precisão das informações e regularização das faltas observadas.
- b) Em decorrência do princípio da excepcionalidade dos contratos administrativos, a legislação veda a contratação de terceiros para assistir os fiscais de contrato, exigindo-se que a atividade de fiscalização e assessoramento seja privativa dos servidores públicos de controle interno da Administração.
- c) Nos contratos firmados pela Administração Pública, caso haja atraso superior a sessenta dias, contado do vencimento das obrigações contratuais, o contratado poderá opor imediatamente a exceção do contrato não cumprido, suspendendo os serviços, independentemente de ocorrência de estado de calamidade pública.
- d) Quando as medidas para a regularização de faltas ou defeitos na execução do contrato ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, este deverá adotar providências cautelares imediatas para extinção do contrato, substituindo a autoridade superior no ato para evitar prejuízo ao erário.
- e) É permitido à administração a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar o fiscal do contrato com informações, sendo que essa contratação não eximirá de responsabilidade o fiscal, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado, o qual não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

50. O prazo de duração dos contratos administrativos obedece a limites e regras específicas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que variam de acordo com a natureza, os investimentos exigidos e o objeto da avença. Acerca da vigência dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo aplicável aos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática é de quinze anos, por se tratarem de operação continuada de sistemas estruturantes, cuja descontinuidade pode comprometer a atuação dos órgãos públicos.
- b) Os contratos cujo objeto é a prestação de serviços com o objetivo de proporcionar economia ao contratante terão duração de até 35 anos, desde que o ente público seja usuário do serviço oferecido em regime de monopólio com previsão orçamentária atestada no plano plurianual (PPA).
- c) Os contratos em que a administração for usuária de serviço público, quando os serviços forem oferecidos em regime de monopólio, poderão ter vigência por prazo indeterminado, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- d) Na contratação que gere receita para a administração, os prazos de duração serão de até 10 anos quando houver exigência legal de elaboração de benfeitorias permanentes custeadas pelo contratado, revertidas ao término do contrato.
- e) Para os contratos firmados por escopo predefinido, em virtude do princípio da eficiência, o prazo estipulado é improrrogável; caso a contratada não conclua a prestação pactuada no prazo exato, o contrato extinguir-se-á automaticamente, instaurando-se imediata licitação para finalização da obra ou serviço.

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Uma organização precisa integrar registros de um banco relacional, documentos JSON e arquivos de áudio em uma mesma solução analítica. Quanto à natureza desses dados, a classificação adequada é:

- a) Os registros relacionais são estruturados, os documentos JSON são semiestruturados e os arquivos de áudio são não estruturados.
- b) Os registros relacionais e os documentos JSON são estruturados, enquanto os arquivos de áudio são semiestruturados.
- c) Os documentos JSON são não estruturados, pois não exigem um esquema tabular rígido previamente definido.
- d) Os arquivos de áudio são semiestruturados sempre que possuem metadados, pois esses metadados alteram a natureza do conteúdo principal.
- e) Os registros relacionais são semiestruturados, pois sua organização depende das relações estabelecidas entre tabelas.

52. Uma base destinada à análise apresenta registros duplicados, valores ausentes e formatos diferentes para um mesmo atributo. Antes de interpretar os resultados, a medida tecnicamente adequada consiste em:

- a) Excluir todos os registros que contenham valores ausentes, independentemente da proporção ou da relevância desses dados para a análise.
- b) Manter as duplicidades, pois sua remoção altera necessariamente a representatividade da amostra e compromete a análise.
- c) Avaliar a origem e o impacto das inconsistências e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e tratamento compatíveis com a finalidade da análise.
- d) Substituir automaticamente todos os valores ausentes pela média do respectivo atributo, independentemente do tipo de variável e da distribuição dos dados.
- e) Iniciar a interpretação dos resultados antes do tratamento, pois problemas de qualidade afetam apenas a apresentação dos dados, e não as conclusões obtidas.

53. Na análise de despesas públicas, uma equipe utiliza dados históricos para identificar padrões de execução orçamentária e subsidiar atividades de controle. Sobre o uso analítico desses dados, é correto afirmar que:

- a) A identificação de correlações entre variáveis permite concluir, por si só, que uma delas é causa das alterações observadas na outra.
- b) A existência de grande volume de dados elimina a necessidade de avaliar sua qualidade antes da obtenção de indicadores.
- c) A análise descritiva tem como finalidade principal prever valores futuros a partir de modelos estatísticos ou de aprendizado de máquina.
- d) A identificação de valores atípicos em despesas comprova necessariamente a ocorrência de irregularidade administrativa.

e) Técnicas de análise podem apoiar a identificação de padrões, tendências e anomalias relevantes para o controle, sem dispensar a avaliação do contexto e das evidências relacionadas aos resultados.

54. Ao examinar uma série histórica de arrecadação, foram observados crescimento persistente ao longo dos períodos, oscilações recorrentes em determinadas épocas e alguns valores muito distantes do comportamento habitual. A interpretação adequada desses elementos é:

- a) O crescimento persistente representa uma correlação, enquanto as oscilações recorrentes constituem necessariamente anomalias.
- b) O crescimento persistente pode caracterizar uma tendência, as oscilações recorrentes podem revelar padrões e os valores muito discrepantes podem ser investigados como possíveis anomalias.
- c) Os valores discrepantes devem ser removidos antes de qualquer análise, pois não podem representar ocorrências legítimas.
- d) A presença de uma tendência comprova que as variações observadas são causadas pelo decorrer do tempo.
- e) As oscilações recorrentes demonstram correlação entre as variáveis analisadas, mesmo quando apenas uma variável foi considerada.

55. Em uma solução de BI, dados provenientes de diferentes sistemas são consolidados e disponibilizados para acompanhamento de indicadores e apoio à tomada de decisão. Nesse processo:

- a) A integração e a organização dos dados permitem produzir informações analíticas e acompanhar indicadores relevantes para a gestão.
- b) O BI substitui os sistemas transacionais, passando a executar diretamente as operações responsáveis pela geração dos dados de negócio.
- c) Os dashboards utilizados em BI armazenam os dados operacionais originais e dispensam estruturas destinadas à integração e ao tratamento das informações.
- d) A utilização de BI restringe-se à análise de dados em tempo real, não sendo adequada à comparação de informações históricas.
- e) Os indicadores produzidos por uma solução de BI eliminam a necessidade de interpretação, pois representam conclusões definitivas sobre o desempenho analisado.

56. Uma organização pretende utilizar seus dados não apenas para compreender resultados passados, mas também para estimar comportamentos futuros e apoiar a escolha de ações. A correspondência adequada entre as abordagens analíticas e suas finalidades encontra-se em:

- a) Analytics descritivo — determina as ações que devem ser executadas para alcançar determinado resultado futuro.
- b) Analytics preditivo — explica exclusivamente as causas que levaram à ocorrência de determinado evento passado.
- c) Analytics prescritivo — limita-se à apresentação de indicadores históricos por meio de relatórios e dashboards.
- d) Analytics preditivo — utiliza dados e modelos para estimar resultados ou comportamentos futuros com base em padrões identificados.
- e) Analytics diagnóstico — projeta probabilidades de eventos futuros sem investigar fatores relacionados aos resultados observados.

57. Em uma base com grande volume de registros, pretende-se descobrir grupos de elementos com características semelhantes sem que existam categorias previamente definidas. Para essa finalidade:

- a) A classificação é a técnica mais adequada, pois atribui classes aos registros sem utilizar exemplos previamente rotulados.
- b) A regressão deve ser utilizada, pois sua finalidade é formar grupos de registros com características semelhantes.
- c) As regras de associação são destinadas exclusivamente à previsão de valores numéricos contínuos.
- d) O agrupamento exige que cada registro possua previamente um rótulo indicando a classe à qual pertence.
- e) O agrupamento pode identificar estruturas e grupos naturais nos dados com base em medidas de similaridade, sem depender de classes previamente definidas.

58. Em um projeto de modernização administrativa, diferentes órgãos precisam trocar informações entre seus sistemas e utilizar os dados integrados na execução de processos e na tomada de decisões. A solução compatível com esses objetivos é:

- a) Manter bases isoladas e realizar transferências manuais de dados, preservando formatos próprios em cada sistema.
- b) Automatizar decisões administrativas exclusivamente com base nos dados disponíveis, eliminando controles e revisões humanas.
- c) Padronizar apenas a interface visual dos sistemas, pois a interoperabilidade independe da compatibilidade entre dados e serviços.
- d) Adotar padrões de interoperabilidade para viabilizar a troca de informações, automatizar etapas adequadas dos processos e utilizar dados de qualidade como suporte à gestão e às decisões.
- e) Centralizar todos os dados em um único sistema, pois a interoperabilidade somente ocorre quando diferentes órgãos utilizam a mesma aplicação.

59. Ao utilizar uma aplicação de IA generativa para produzir textos a partir de instruções fornecidas pelo usuário, deve-se considerar que:

- a) O conteúdo gerado resulta de padrões aprendidos pelo modelo e pode apresentar informações incorretas ou não fundamentadas, exigindo avaliação antes de sua utilização.
- b) A geração de conteúdo ocorre exclusivamente pela recuperação literal de trechos armazenados durante o treinamento.
- c) As respostas produzidas pelo modelo são necessariamente verdadeiras quando apresentam estrutura textual coerente e linguagem adequada.
- d) O modelo consulta automaticamente fontes externas atualizadas antes de produzir qualquer resposta, independentemente dos recursos disponíveis na aplicação.
- e) A capacidade de gerar novos conteúdos implica que o modelo compreende os fatos e conceitos da mesma forma que um ser humano.

60. Nos modelos de linguagem de grande porte, o processamento do texto envolve sua representação em unidades denominadas tokens. A partir desse funcionamento:

- a) Um LLM pode estimar probabilidades para os próximos tokens com base no contexto recebido e nos padrões aprendidos durante o treinamento.
- b) Cada token corresponde necessariamente a uma palavra completa, independentemente do idioma ou do método de tokenização utilizado.
- c) A geração de cada token exige uma nova etapa de treinamento dos parâmetros do modelo.
- d) O contexto fornecido pelo usuário não influencia a geração, pois as respostas são determinadas exclusivamente pelos parâmetros aprendidos no treinamento.
- e) A tokenização converte cada sentença diretamente em uma única representação numérica, impedindo seu processamento em unidades menores.

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Rodrigo Bet

61. Uma secretaria pública integralmente seus relatórios de execução orçamentária, mas utiliza arquivos sem organização e linguagem excessivamente técnica. Ao receber sugestões de melhoria, o gestor afirma que a mera disponibilização dos dados esgota seu dever de transparência. Sob a perspectiva da ética no setor público, a atuação do gestor

- a) está adequada, pois a transparência se realiza com a divulgação formal, independentemente da possibilidade de compreensão pelo cidadão.
- b) somente exige revisão se houver demonstração de dano financeiro, pois a avaliação ética depende de prejuízo ao erário.
- c) é insuficiente, pois a transparência deve favorecer a compreensão das informações e o exercício efetivo do controle social.
- d) deve priorizar a compreensão dos órgãos de controle, sendo dispensável a acessibilidade das informações à sociedade.
- e) está adequada se a publicação observar a legalidade, que constitui critério suficiente para avaliar a eticidade da conduta.

62. Ao revisar suas práticas de conduta, um órgão público considerou as seguintes proposições:

- I. Um código de ética pode orientar escolhas e prevenir desvios, sem se restringir à aplicação de punições.
- II. O cumprimento literal de uma regra dispensa a avaliação da finalidade pública da conduta.
- III. Justificar uma irregularidade com a afirmação de que “todos fazem assim” pode revelar um mecanismo de desengajamento moral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

63. Em uma unidade de fiscalização, apuraram-se três condutas independentes: Paulo solicitou vantagem indevida para omitir ato de ofício; Helena exigiu vantagem indevida de um administrado, valendo-se de sua função; e Bruno deixou de praticar ato de ofício para beneficiar um amigo, por sentimento pessoal, sem solicitar ou receber vantagem. Considerando os elementos descritos, as condutas de Paulo, Helena e Bruno caracterizam, respectivamente,

- a) corrupção ativa, concussão e condescendência criminosa.
- b) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- c) corrupção passiva, excesso de exação e condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa, corrupção passiva e prevaricação.
- e) corrupção passiva, concussão e prevaricação.

64. Na avaliação de um processo de compras, a equipe identificou contratações emergenciais recorrentes com o mesmo fornecedor e concentração de decisões em um único servidor. A respeito da gestão de riscos de fraude e corrupção, considere:

- I. Essas situações constituem sinais de alerta, mas não demonstram, por si só, a ocorrência de irregularidade.
- II. O risco inerente é mensurado após a consideração da efetividade dos controles existentes.
- III. No triângulo da fraude, a oportunidade é o componente mais diretamente controlável pela organização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

65. Uma empresa pretende demonstrar a efetividade de seu programa de integridade para fins de avaliação segundo o art. 57 do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013. NÃO corresponde a parâmetro previsto nesse dispositivo

- a) o comprometimento da alta direção, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- b) a existência de canais de denúncia amplamente divulgados e de mecanismos de proteção de denunciantes de boa-fé.
- c) o registro do código de ética em cartório como condição de validade do programa de integridade.
- d) a realização de diligências apropriadas, baseadas em risco, para contratação e supervisão de terceiros.
- e) o monitoramento contínuo do programa, destinado ao aperfeiçoamento da prevenção, detecção e combate aos atos lesivos.

66. Uma organização distribuiu suas atribuições da seguinte forma: os gestores operacionais identificam e tratam os riscos de seus processos; a área de compliance orienta e monitora a conformidade; a auditoria interna avalia, com independência, o funcionamento da governança, da gestão de riscos e dos controles. À luz do Modelo das Três Linhas do IIA, essa distribuição

- a) é adequada, pois situa a gestão operacional na primeira linha, o compliance na segunda e a auditoria interna na terceira.
- b) é inadequada, pois a auditoria interna deve implantar os controles que posteriormente avaliará.
- c) é inadequada, pois a identificação e o tratamento dos riscos competem exclusivamente ao compliance.
- d) é adequada apenas se a segunda linha assumir a mesma independência da auditoria interna perante as decisões de gestão.
- e) é inadequada, pois o reporte da auditoria ao órgão de governança a transforma em integrante da primeira linha.

67. O diretor de uma empresa determinou a publicação de um código de conduta, mas negou recursos para treinamentos e apuração de denúncias. Também ordenou que infrações praticadas por executivos fossem desconsideradas para preservar a imagem da organização. Quanto ao comprometimento da alta administração com o compliance, é correto afirmar que

- a) a publicação do código demonstra apoio suficiente da direção, pois sua atuação se encerra na aprovação das normas.
- b) a preservação da reputação autoriza o tratamento mais favorável de executivos, desde que as demais infrações sejam apuradas.
- c) a efetividade do programa depende prioritariamente da auditoria interna, que deve suprir a falta de recursos e de apoio da direção.

d) o patrocínio da alta administração consiste em assumir pessoalmente todas as investigações e afastar as áreas técnicas.

e) a conduta compromete o tom do topo, que exige exemplo, recursos, apoio à apuração e aplicação isonômica das regras.

68. Um representante da sociedade empresária Alfa prometeu vantagem indevida a agente público para obter benefício em favor da empresa. Em sua defesa, Alfa sustentou que não poderia ser responsabilizada porque não se demonstrou culpa de seus administradores e porque a responsabilização da empresa excluiria a das pessoas físicas. Nos termos da Lei nº 12.846/2013,

- a) a primeira alegação procede, pois a responsabilização administrativa da pessoa jurídica depende da demonstração de culpa de seus dirigentes.
- b) as alegações não procedem, pois a pessoa jurídica responde objetivamente pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, e a responsabilidade das pessoas físicas não é excluída.
- c) a segunda alegação procede, pois a responsabilização objetiva da empresa absorve a responsabilidade dos administradores envolvidos.
- d) a pessoa jurídica somente responde se o benefício buscado for exclusivamente seu, sem qualquer vantagem para terceiros.
- e) a responsabilidade objetiva alcança tanto a pessoa jurídica quanto seus administradores, sendo dispensável examinar a culpabilidade destes.

69. A sociedade Beta incorporou a sociedade Gama. Antes da incorporação, Gama praticara ato lesivo abrangido pela Lei nº 12.846/2013. Não houve simulação nem evidente intuito de fraude, e o patrimônio transferido a Beta foi de R\$ 3 milhões. Sobre a responsabilidade da sucessora, considere:

- I. Restringe-se à obrigação de pagamento de multa e de reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido.
- II. Abrange automaticamente todas as demais sanções previstas na lei pelos atos anteriores à incorporação.
- III. A limitação legal não significa que a incorporação tenha extinguido toda responsabilidade pelo ato anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

70. Uma empresa foi responsabilizada administrativamente por ato lesivo à Administração Pública. Sendo possível utilizar o critério do faturamento bruto para calcular a multa, a Lei nº 12.846/2013 estabelece que essa sanção

- a) varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, e nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível estimá-la.
- b) varia de 1% a 30% do faturamento líquido do exercício em que foi praticado o ato lesivo.
- c) deve corresponder ao valor da vantagem auferida, sem consideração do faturamento e sem possibilidade de superá-la.
- d) substitui a obrigação de reparação integral do dano quando aplicada em conjunto com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

- e) somente pode ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

71. O Censo Demográfico 2022 registrou uma inflexão histórica nos fluxos migratórios internos brasileiros. Estados que tradicionalmente absorviam grandes contingentes de migrantes passaram a apresentar saldos negativos, enquanto Santa Catarina assumiu, pela primeira vez, a liderança nacional de atração populacional. O fenômeno combina fatores econômicos, qualidade de vida e dinamismo do mercado de trabalho.

Sobre esse fenômeno, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina registrou o maior saldo migratório interno do país entre 2017 e 2022, enquanto estados como São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram saldos negativos no período.
- b) o saldo migratório positivo de Santa Catarina decorreu principalmente do retorno de emigrantes brasileiros que viviam no exterior, e não de fluxos interestaduais.
- c) São Paulo manteve a liderança nacional de atração de migrantes, com Santa Catarina em posição intermediária entre os estados do Sul.
- d) o saldo migratório catarinense foi negativo, refletindo a perda de competitividade econômica do estado frente ao Centro-Oeste.
- e) o saldo migratório é calculado pela diferença entre nascimentos e óbitos registrados no período censitário.

72. O Censo 2022 confirmou a tendência histórica de urbanização brasileira, com a grande maioria da população vivendo em áreas urbanas. Em Santa Catarina, o padrão de ocupação herdado da colonização europeia, baseado em pequenas propriedades familiares e policultoras, colaborou para a fixação das famílias no campo.

Sobre esse quadro, é correto afirmar que:

- a) a taxa de urbanização catarinense supera a média nacional, refletindo o êxodo rural provocado pela mecanização.
- b) a população rural catarinense praticamente desapareceu, em razão da mecanização da agropecuária estadual.
- c) a urbanização catarinense situa-se abaixo da média nacional, e a estrutura fundiária de colonização contribuiu para a fixação de população no campo.
- d) o crescimento populacional recente concentrou-se no interior serrano, com perda generalizada de habitantes nos municípios litorâneos.
- e) a estrutura fundiária catarinense é dominada por grandes propriedades extensivas, que expulsaram a população rural para as capitais regionais.

73. A Serra Catarinense consolidou-se como um dos principais destinos de turismo de inverno do Brasil. Na temporada de 2025, levantamento da Fecomércio-SC registrou o maior gasto médio por grupo desde 2017, com a maioria dos visitantes proveniente do próprio estado.

Sobre o turismo de inverno catarinense, é correto afirmar que:

- a) a neve na Serra Catarinense é fenômeno garantido em todos os invernos, com ocorrência regular e previsível em todos os municípios serranos.
- b) a temporada de inverno de 2025 registrou o maior gasto médio por grupo de visitantes da série histórica, e a maioria dos turistas era proveniente do próprio estado de Santa Catarina.
- c) o turismo de inverno catarinense concentra-se no litoral norte, onde as correntes frias do Atlântico produzem neve frequente.

d) o gasto médio por grupo de visitantes caiu na temporada de 2025, refletindo a perda de competitividade da Serra frente aos destinos de neve do exterior.

e) a Serra Catarinense registra as menores temperaturas do estado no inverno, o que explica a saída dos locais para destinos de calor.

74. O Extremo Oeste catarinense abriga a única fronteira terrestre internacional do estado. A região articula municípios-gêmeos brasileiros e argentinos da faixa de fronteira definida pela legislação nacional de segurança e desenvolvimento regional.

Sobre a fronteira catarinense, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina faz fronteira terrestre com a Argentina no Extremo Oeste, e Dionísio Cerqueira articula-se à cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, abrigando ponto de fronteira seco alfandegado.
- b) a fronteira internacional de Santa Catarina é exclusivamente marítima e corresponde à Plataforma Continental.
- c) a faixa de fronteira definida em lei alcança apenas os municípios interioranos e litorâneos, por se referirem à zona de segurança nacional.
- d) Dionísio Cerqueira faz fronteira com o Paraguai, na região da tríplice fronteira, no Iguaçu.
- e) A faixa de fronteira ficou de fora do Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

75. A Guerra do Contestado (1912–1916) foi um dos maiores conflitos sociais da Primeira República brasileira. Ocorreu na área da divisa entre Santa Catarina e Paraná, envolvendo sertanejos, questões fundiárias, a construção da estrada de ferro e a atuação de empresas madeireiras estrangeiras.

Sobre o conflito, é correto afirmar que:

- a) a Guerra do Contestado foi um conflito internacional entre Brasil e Argentina, resolvido por arbitragem diplomática após a demarcação dos limites.
- b) o conflito envolveu a disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, tensões sociais e fundiárias, a construção ferroviária e a exploração madeireira na região contestada.
- c) a Guerra do Contestado foi um movimento messiânico contra o capital estrangeiro e defendia a colonização do interior pelo caboclo.
- d) o conflito resultou exclusivamente de disputas religiosas entre ordens monásticas católicas, sem dimensão econômica.
- e) a Guerra do Contestado ocorreu no século XVIII, durante o período colonial, motivada pela disputa entre Portugal e Espanha pelos limites do Tratado de Tordesilhas.

76. A formação cultural de Santa Catarina resulta de fluxos migratórios sucessivos que ocuparam regiões específicas do território. Açorianos colonizaram o litoral a partir do século XVIII; alemães instalaram colônias no Vale do Itajaí e no Norte; italianos chegaram em grande escala a partir de 1875 e marcaram o Sul do estado. O patrimônio cultural reconhecido expressa essa pluralidade em arquitetura, festas e modos de vida.

Sobre essa formação cultural, é correto afirmar que:

- a) a imigração europeia tornou a cultura catarinense homogênea, com baixas diferenças regionais e relevância de outros grupos e processos históricos.
- b) a colonização açoriana, iniciada no século XVIII, marcou o litoral catarinense; a imigração alemã deixou marcas como a arquitetura enxaimel no Vale do Itajaí; e a imigração italiana, intensificada a partir de 1875, contribuiu para a identidade do Sul do estado.
- c) a imigração italiana foi o primeiro fluxo migratório a chegar a Santa Catarina, precedendo a colonização açoriana em mais de um século.
- d) a arquitetura enxaimel, típica das áreas de colonização alemã, é originária da tradição construtiva italiana trazida pelos imigrantes vênnetos.
- e) o patrimônio cultural catarinense limita-se às manifestações de origem alemã, sem reconhecimento oficial de outras tradições étnicas.

77. A produção de frangos em Santa Catarina está distribuída de forma desigual no território. A leitura de sua regionalização deve considerar a localização das unidades produtivas, a presença de agroindústrias e os fluxos que conectam propriedades rurais, fábricas de ração, abatedouros e centros de consumo ou exportação.

Frangos – Santa Catarina: microrregiões de origem das aves produzidas – 2025

Microrregião	Nº de aves (milhões) ⁽¹⁾	Participação (%)
Chapecó	196,33	21,4
Joaçaba	192,64	21,0
Concórdia	165,77	18,1
São Miguel do Oeste	76,89	8,4
Xanxerê	74,33	8,1
Canoinhas	49,92	5,5
Araranguá	49,53	5,4
Criciúma	40,18	4,4
Tubarão	24,07	2,6
Curitibanos	13,71	1,5
Demais microrregiões	32,21	3,5
Total	915,58	100

Fonte: Cidasc, abril/2026

⁽¹⁾ Os dados incluem as aves abatidas em Santa Catarina (97,2%) e aquelas abatidas em outras UF's (2,8%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate.

Analise as seguintes afirmações.

- I. O Oeste concentra parcela muito expressiva da produção de frangos, associada a uma cadeia agroindustrial regionalizada.
- II. A produção se concentra principalmente no litoral, pois a proximidade dos portos é condição necessária para a criação de aves.
- III. A cadeia avícola envolve relações entre produtores rurais e unidades de processamento, conectando atividades agropecuárias e industriais.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

78. “Santa Catarina conta com 14 polos industriais com inserção internacional. O número reflete a competitividade catarinense e a ousadia dos empreendedores do estado, que empata com Paraná e Rio Grande do Sul no número de arranjos produtivos com potencial exportador. De acordo com o estudo dos Polos Industriais de Referência, realizado pelo Observatório FIESC, em colaboração com a Rede de Observatórios do Sistema Indústria

e a Confederação Nacional da Indústria, os estados do Sul ficam atrás apenas de São Paulo”. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/conheca-os-14-polos-industriais-catarinenses-com-insercao-internacional>.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A existência de múltiplos polos industriais indica que a economia do Norte Catarinense não depende de uma única atividade produtiva.
- b) A inserção internacional de cadeias industriais evidencia a conexão entre a produção regional e os mercados externos.
- c) Joinville exerce papel industrial relevante no estado, com destaque para o complexo metalmeccânico.
- d) Fatores históricos, estruturais e econômicos ajudam a explicar a especialização industrial de diferentes regiões catarinenses.
- e) A presença de polos industriais no Norte demonstra que a indústria de base catarinense se concentra exclusivamente nessa região do estado.

79. As inundações que atingem o Vale do Itajaí resultam da interação entre chuvas intensas, drenagem dos planaltos para os vales dos rios, e ocupação de áreas suscetíveis. Há monitoramento constante das chuvas e do volume dos rios.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O risco de inundação depende da interação entre fenômenos hidrológicos, ocupação do território e exposição da população.
- b) Chuvas volumosas podem elevar rapidamente os níveis dos rios, com impactos distintos conforme as características de cada trecho da bacia.
- c) A ocupação inadequada de áreas de preservação e de planícies de inundação aumenta a vulnerabilidade das cidades.
- d) O monitoramento hidrometeorológico apoia a emissão de alertas e as decisões de prevenção.
- e) A existência de barragens no sistema de contenção elimina definitivamente o risco de inundações e dispensa o planejamento do uso do solo.

80. Santa Catarina é o quarto maior produtor de leite do Brasil e, de acordo com a tabela a seguir, 9% da produção nacional.

Leite – Brasil: produção nos principais estados

Estado	Bilhões de litros						Var. % 2015-24	Partic. % 2024
	2015	2020	2021	2022	2023	2024		
Minas Gerais	9,14	9,69	9,61	9,36	9,42	9,78	7	27
Paraná	4,66	4,67	4,42	4,46	4,55	4,62	-1	13
Rio Grande do Sul	4,60	4,25	4,40	4,07	4,11	4,03	-12	11
Santa Catarina	3,06	3,14	3,16	3,13	3,20	3,30	8	9
Goiás	3,41	3,17	3,12	3,00	2,98	2,92	-14	8
São Paulo	1,77	1,65	1,57	1,52	1,53	1,51	-15	4
Pernambuco	0,86	1,04	1,14	1,17	1,33	1,46	70	4
Bahia	0,98	1,06	1,20	1,28	1,24	1,27	29	4
Ceará	0,49	0,87	0,96	1,07	1,14	1,21	147	3
Sergipe	0,38	0,36	0,44	0,50	0,66	0,68	79	2
Outros	5,26	5,41	5,17	4,99	5,09	4,97	-6	14
Brasil	34,61	35,32	35,18	34,55	35,25	35,74	3	100

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2025)

A ocupação do Oeste catarinense foi marcada pela divisão da terra em pequenos lotes, herdada da colonização europeia. Sobre essa base formou-se uma agropecuária familiar, hoje articulada a cooperativas e agroindústrias, que possibilitou o oeste do estado se tornar a principal bacia leiteira de Santa Catarina, com a maior parte produzida em pequenos estabelecimentos.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A colonização do Oeste baseou-se na divisão das terras em pequenos lotes, favorecendo a agricultura familiar.
- b) O Oeste consolidou-se como a principal bacia leiteira de Santa Catarina.
- c) A formação da cadeia leiteira do Oeste decorreu da concentração fundiária em grandes latifúndios de pecuária extensiva.
- d) A diversificação produtiva, com grãos, suínos, aves e leite, marca a agropecuária do Oeste catarinense.
- e) A cadeia leiteira regional articula produtores familiares, cooperativas e a indústria de laticínios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CICLO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

81. Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:

- a) a lei orçamentária anual, por força de vedação constitucional expressa, não pode conter qualquer autorização para abertura de créditos suplementares, exigindo-se lei específica para cada crédito a ser aberto no exercício.
- b) o plano plurianual, uma vez aprovado, vincula apenas os exercícios financeiros abrangidos pelo mandato do Chefe do Executivo que o elaborou, extinguindo-se automaticamente com o término desse mandato, ainda que os programas nele previstos não tenham sido concluídos.
- c) a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, devendo ser acompanhada de anexo de metas fiscais e de anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- d) compete à lei de diretrizes orçamentárias fixar o montante e a especificação das despesas do exercício financeiro subsequente, discriminadas por unidade orçamentária, categoria econômica e fonte de recursos.
- e) a compatibilização entre o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias é dispensável sempre que a legislação do respectivo ente federativo assim o autorizar, prevalecendo, nessa hipótese, o que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

82. Sobre os princípios orçamentários consagrados pela Constituição Federal e pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) o princípio da universalidade exige que a lei orçamentária anual contemple todas as receitas e despesas, à exceção das relativas ao orçamento de investimento das empresas estatais, que permanecem fora da LOA por disposição constitucional expressa.
- b) o princípio da não afetação de receitas de impostos é absoluto, não comportando qualquer exceção, ainda que prevista em lei.
- c) o princípio do equilíbrio orçamentário, na formulação clássica, exige que as despesas fixadas sejam sempre inferiores às receitas previstas, sendo vedada, em qualquer hipótese, a existência de déficit orçamentário.
- d) o princípio da anualidade impede que a lei orçamentária anual autorize a abertura de créditos cuja vigência ultrapasse o exercício financeiro a que se refere, ainda que se trate de créditos especiais ou extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- e) o princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se dessa vedação a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

83. Quanto à classificação da receita pública nos termos da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) a receita tributária classifica-se como receita de capital, uma vez que decorre do exercício do poder de tributar, atributo inerente à soberania estatal.
- b) receitas de capital são, entre outras, as provenientes da alienação de bens móveis e imóveis e de amortização de empréstimos, bem como as transferências de capital recebidas de outras pessoas de direito público ou privado.
- c) as receitas correntes compreendem exclusivamente as receitas tributárias e de contribuições, não se incluindo nessa categoria as receitas patrimoniais e agropecuárias, as quais são consideradas como ingressos extraorçamentários.
- d) constitui receita orçamentária, para todos os efeitos, o ingresso de valores a título de caução, fiança e depósitos, ainda que sujeitos a devolução posterior ao depositante.
- e) a classificação da receita pública em corrente e de capital é irrelevante para a apuração do resultado orçamentário, servindo apenas a propósitos estatísticos.

84. Determinado Estado, ao identificar um contribuinte de IPVA do exercício, expediu notificação de lançamento fixando o valor devido. Posteriormente, o contribuinte compareceu à rede bancária conveniada e efetuou o pagamento do tributo, sendo o valor, dias depois, transferido pelo banco arrecadador à conta única do Tesouro estadual. Considerando os estágios da receita pública, é correto afirmar que, nessa sequência de atos,

- a) a notificação de lançamento corresponde ao estágio da previsão, dispensando-se, para os tributos lançados de ofício, os estágios da arrecadação e do recolhimento.
- b) o pagamento efetuado pelo contribuinte junto à rede bancária conveniada já corresponde ao estágio do recolhimento, sendo a transferência posterior ao Tesouro formalidade contábil sem relevância orçamentária.

c) o estágio da previsão somente se completa com a efetiva transferência dos recursos à conta única do Tesouro, de modo que a arrecadação e o recolhimento são, na verdade, subespécies de um mesmo estágio.

d) a notificação de lançamento corresponde ao estágio do lançamento, o pagamento efetuado pelo contribuinte corresponde ao estágio da arrecadação, e a transferência dos valores à conta única do Tesouro corresponde ao estágio do recolhimento.

e) por se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, o IPVA dispensa o estágio da previsão, etapa exclusiva das receitas não tributárias.

85. Quanto à classificação da despesa orçamentária, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, é correto afirmar:

a) a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, compõe-se, no mínimo, de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo esta última destinada a evitar a dupla contagem de recursos transferidos entre entes ou entre órgãos e entidades de um mesmo ente.

b) em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a realização de empenho.

c) as despesas correntes e as despesas de capital constituem grupos de natureza de despesa, subdivididos, por sua vez, nas categorias econômicas investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

d) a modalidade de aplicação tem por finalidade identificar o objeto do gasto, tal como vencimentos e vantagens fixas, material de consumo e diárias.

e) o grupo de natureza de despesa "pessoal e encargos sociais" classifica-se, para fins constitucionais, como despesa de capital, por representar compromisso de longo prazo do ente federativo.

86. Um órgão público, após regular procedimento licitatório, firmou contrato com determinada empresa para o fornecimento de equipamentos de informática, emitindo, na sequência, a respectiva nota de empenho. Entregues os equipamentos, o servidor responsável atestou o recebimento no verso da nota fiscal, e o setor financeiro, após verificar a regularidade da documentação, autorizou a efetivação do crédito em favor do fornecedor, mediante ordem bancária. Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) o atesto do recebimento dos equipamentos, por si só, já configura o pagamento da despesa, sendo a ordem bancária mero ato de natureza financeira, estranho aos estágios da despesa orçamentária.
- b) a liquidação da despesa antecede, na ordem legal, o empenho, uma vez que somente após verificado o direito do credor é que se pode emitir a respectiva nota de empenho.
- c) a emissão da nota de empenho, o atesto do recebimento dos equipamentos e a emissão da ordem bancária correspondem, respectivamente, aos estágios do empenho, da liquidação e do pagamento da despesa pública.
- d) por se tratar de despesa decorrente de licitação, o estágio da liquidação é dispensado, procedendo-se diretamente do empenho ao pagamento.
- e) a ordem bancária corresponde ao estágio da liquidação, ao passo que o atesto do recebimento dos equipamentos corresponde ao estágio do pagamento.

87. Em razão de forte estiagem que atingiu diversos municípios, o Governador de determinado Estado, por decreto, abriu crédito para atender despesas de socorro emergencial às populações atingidas, indicando, na motivação do ato, tratar-se de despesa imprevisível e urgente decorrente de calamidade pública, com submissão do decreto à Assembleia Legislativa em até trinta dias. Considerando a Lei nº 4.320/1964 e a disciplina constitucional dos créditos adicionais, é correto afirmar que o crédito aberto

- a) classifica-se como crédito especial, uma vez que se destina a despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica, dependendo, por isso, de prévia autorização legislativa e de indicação da fonte de recursos, sob pena de nulidade do ato.
- b) classifica-se como crédito suplementar, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária já existente para ações de defesa civil, dispensando-se, ainda assim, a indicação de recursos correspondentes.
- c) é inconstitucional, por não ter sido precedido de autorização legislativa específica, sendo irrelevante, para esse fim, a natureza urgente e imprevisível da despesa.
- d) somente poderia ter sido aberto mediante lei em sentido formal, aprovada pela Assembleia Legislativa antes da realização da despesa, não se admitindo, no âmbito estadual, a abertura de créditos extraordinários por decreto.
- e) classifica-se como crédito extraordinário, espécie que, por sua natureza urgente e imprevisível, prescinde de prévia autorização legislativa e de indicação de recursos correspondentes, podendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, com submissão posterior ao Poder Legislativo.

88. Sobre as fontes de recursos e a vigência dos créditos adicionais, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) os créditos suplementares e especiais, uma vez abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, incorporam-se automaticamente ao orçamento do exercício seguinte, independentemente de qualquer ato de reabertura.
- b) constituem fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais, entre outras o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e a anulação parcial de créditos adicionais.
- c) os créditos suplementares, por não dependerem de indicação de recursos, podem ser abertos ainda que inexistente disponibilidade financeira efetiva, cabendo ao Tesouro suprir eventual insuficiência de caixa.
- d) o excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, corresponde unicamente à diferença positiva apurada ao final do exercício entre a receita realizada e a receita prevista na lei orçamentária, não podendo ser utilizado no curso do próprio exercício.
- e) os créditos extraordinários, à semelhança dos créditos suplementares e especiais, têm sua vigência automaticamente estendida ao exercício seguinte, sempre que abertos nos últimos quatro meses do exercício de abertura.

89. Ao final do exercício financeiro, a unidade gestora de determinado órgão público verificou que uma nota de empenho relativa à aquisição de material de expediente, cujo fornecimento já havia sido efetivamente realizado e atestado pelo servidor responsável, ainda não havia sido paga ao fornecedor. Já outra nota de empenho, referente a serviço de manutenção predial ainda em execução, também não havia sido paga, tampouco liquidada, até o encerramento do exercício. Considerando a disciplina dos restos a pagar prevista na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) ambas as despesas deverão ser inscritas em restos a pagar processados, uma vez que já haviam sido objeto de empenho até o encerramento do exercício financeiro.
- b) a despesa com o material de expediente não pode ser inscrita em restos a pagar, por já ter sido integralmente executada pelo fornecedor, cabendo, nesse caso, apenas o pagamento direto à conta de despesas de exercícios anteriores.
- c) a inscrição em restos a pagar, em ambos os casos, é vedada quando o ente estiver nos últimos dois quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, independentemente da existência de disponibilidade de caixa.
- d) a despesa com o material de expediente deverá ser inscrita em restos a pagar processados, por já ter sido liquidada, ao passo que a despesa com o serviço de manutenção predial, ainda não liquidado, deverá ser inscrita em restos a pagar não processados.
- e) somente a despesa com o serviço de manutenção predial pode ser inscrita em restos a pagar, uma vez que os restos a pagar destinam-se exclusivamente a despesas ainda não liquidadas ao final do exercício.

90. Um servidor público teve reconhecido judicialmente, em ação transitada em julgado no exercício de 20X3, o direito a uma vantagem pecuniária estabelecida em lei, relativa ao exercício de 20X1. Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que esse débito

- a) poderá ser pago à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício de 20X3, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica de exigibilidade.
- b) não pode mais ser satisfeito pela Administração, por ter ocorrido a preclusão do direito ao pagamento em razão do decurso do exercício financeiro a que se referia a despesa original.
- c) deve necessariamente ser pago mediante abertura de crédito extraordinário, por se tratar de despesa imprevista, ainda que não urgente.
- d) somente pode ser pago mediante inscrição em restos a pagar não processados, retroagindo-se os efeitos financeiros ao exercício de 20X1.
- e) deve ser objeto de crédito suplementar aberto no exercício de 20X1, ainda que já encerrado, mediante reabertura excepcional do orçamento daquele exercício.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP) E (NBC TSP)

Marcondes Fortaleza

91. De acordo com a NBC TSP que trata da Estrutura Conceitual Aplicável ao Setor Público, marque a alternativa correta.

- a) Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, excluindo as notas explicativas.
- b) As empresas estatais independentes deverão aplicar a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira obrigatória.
- c) Os usuários primários dos RCPGs são os investidos, credores por empréstimos e outros credores.
- d) As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a materialidade.
- e) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

92. Um ente público apresentou as seguintes receitas em 2026:

Transferências de capital:	R\$ 5.000;
Industriais:	R\$ 5.000;
Operações de crédito:	R\$ 8.000;
Agropecuária	R\$ 4.000;
Contribuições:	R\$ 7.000;
Alienação de bens:	R\$ 6.000.

Marque a alternativa que apresenta o total das receitas de capital.

- a) R\$ 10.000.
- b) R\$ 12.000.
- c) R\$ 16.000.
- d) R\$ 19.000.
- e) R\$ 21.000.

93. Uma das classificações possíveis para a despesa na contabilidade pública é aquela que separa as despesas entre efetivas (diminuem a situação líquida) e não efetivas (não diminuem a situação líquida). Nesse sentido, a despesa de pessoal e encargos sociais e a despesa com transferências de capital são classificadas, respectivamente como

- a) efetiva e não efetiva.
- b) não efetiva e efetiva.
- c) efetiva e efetiva.
- d) não efetiva e não efetiva.
- e) neutra e não efetiva.

94. O orçamento da despesa de uma entidade pública para o exercício de 2026 foi de R\$ 10 milhões. Até o final do exercício, houve o empenho de 60% da despesa autorizada.

Ao longo do exercício, a entidade apresentou uma determinada despesa correspondente a R\$ 4 milhões, que foi integralmente liquidada e paga até 31/12.

Sabendo-se que 20% das demais despesas também foram liquidadas e pagas, o valor a ser inscrito em restos a pagar no exercício corresponde a:

- a) R\$ 400.000.
- b) R\$ 1.600.000.
- c) R\$ 1.400.000.
- d) R\$ 3.400.000.
- e) R\$ 4.000.000.

Dados para resolução das questões 95 a 97.

Os seguintes eventos foram contabilizados durante o primeiro exercício financeiro, já encerrado, da prefeitura de Morada Novíssima.

I. Aprovação da lei orçamentária anual, no valor de R\$ 200.000,00, sendo 70% na categoria econômica corrente e 30% na categoria econômica de capital, tanto para as receitas como para as despesas.

II. Lançamento de impostos no valor de R\$ 140.000,00, tendo sido arrecadado 80% desse valor.

III. Empenho, liquidação e pagamento de despesas com água, luz e telefone, no valor de R\$ 30.000,00.

IV. Recebimento de um veículo em doação, no valor de R\$ 60.000,00.

V. Empenho e liquidação de despesas de pessoal, no valor de R\$ 80.000,00, 100% inscritas em restos a pagar.

A partir dessas informações hipotéticas, julgue os itens a seguir, relativos à elaboração e ao fechamento das demonstrações contábeis da prefeitura de Morada Novíssima.

95. O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi:

- a) nulo.
- b) R\$ 30.000.
- c) R\$ 62.000.
- d) R\$ 2.000.
- e) R\$ 8.000.

96. O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi:

- a) nulo.
- b) R\$ 82.000.
- c) R\$ 150.000.
- d) R\$ 112.000.
- e) R\$ 100.000.

97. O resultado patrimonial apurado na DVP foi:

- a) R\$ 90.000.
- b) R\$ 50.000.
- c) R\$ 70.000.
- d) R\$ 100.000.
- e) R\$ 200.000.

98. Marque a alternativa que apresenta uma variação patrimonial qualitativa:

- a) Ajustes de perdas em estoques.
- b) Depreciação de imóveis.
- c) Pagamento de despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público.
- d) Liquidação de despesa com pessoal.
- e) Recebimento do principal de um empréstimo anteriormente concedido.

99. De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de investimento.

- a) Caixa recebido decorrente de solução de litígios.
- b) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures.
- c) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- d) Recebimentos de caixa decorrentes de royalties.
- e) Recebimentos de caixa por contratos mantidos para negociação imediata.

100. Uma entidade apresentava, em 31/12/2025, os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Disponibilidades: R\$ 15.000;
- Contas a pagar (90 dias): R\$ 6.000;
- Capital Social: R\$ 10.500.

Em janeiro de 2026, a entidade concedeu um empréstimo no valor de 6.000. Assinale a opção que indica a liquidez corrente do ente público em 31/01/2026.

- a) 2,50.
- b) 1,42.
- c) 1,75.
- d) 0,40.
- e) 2,00.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

101. Em relação ao conceito de coligada à luz do CPC 18 (R3), assinale a alternativa correta.

- a) É uma entidade controlada em conjunto por dois ou mais quotistas ou acionistas.
- b) É uma entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa.
- c) É subsidiária integral cujo único acionista detém 100% das ações ordinárias.
- d) É qualquer empresa em que o investidor possua entre 10% e 20% do capital total, obrigatoriamente.
- e) É uma entidade subsidiária cuja consolidação é dispensada por restrições severas de longo prazo.

102. Em uma situação onde o investidor possui 18% das ações ordinárias, mas detém opções de compra de ações exercíveis imediatamente que elevariam sua participação para 28%, como deve proceder na avaliação inicial do investimento?

- a) Desconsiderar as opções e aplicar o CPC 38 por estar abaixo de 20%.
- b) Reconhecer obrigatoriamente controle total e consolidar integralmente de imediato.
- c) Considerar o efeito das opções exercíveis para concluir se há influência significativa e aplicar o MEP se tal influência for verificada.
- d) Registrar o investimento no Ativo Intangível separadamente das ações.
- e) Aguardar o efetivo exercício físico das opções para só então alterar o critério contábil.

103. Qual a implicação contábil se o investidor possuir poder de veto sobre decisões estratégicas de orçamento, mesmo tendo apenas 12% do capital votante?

- a) Nenhum efeito, pois o limite de 20% é absoluto e intransponível.
- b) Obriga a aplicação de consolidação proporcional de receitas.
- c) Exige a classificação da investida como controlada exclusiva.
- d) Veda o uso do MEP, exigindo marcação a mercado integral obrigatória.
- e) Caracteriza evidência de influência significativa, justificando a aplicação do MEP se demonstrada a capacidade de participação decisória.

104. O valor do Patrimônio Líquido contábil registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa Camas e Colchões S.A. era R\$ 100.000.000. Em 02/01/2024, a empresa Móveis Residenciais S.A. adquiriu 40% das ações da empresa Camas e Colchões S.A. pelo valor de R\$ 56.000.000, e as empresas passaram a ser coligadas. O valor justo líquido apurado para os ativos e passivos identificáveis da Camas e Colchões S.A., nessa mesma data, era R\$ 120.000.000, em função de um terreno adquirido em 2015, não sujeito a depreciação. Se no ano de 2024 a empresa Camas e Colchões S.A. apurou lucro líquido de R\$ 20.000.000 e não distribuiu dividendos, os valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 e na Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa Móveis Residenciais S.A., pelo Método de Equivalência Patrimonial, foram, respectivamente, em reais:

- a) Investimentos = 76.000.000; Resultado de Equivalência = 20.000.000
- b) Investimentos = 56.000.000; Resultado de Equivalência = 8.000.000
- c) Investimentos = 64.000.000; Resultado de Equivalência = 8.000.000

d) Investimentos = 60.000.000; Resultado de Equivalência = 20.000.000

e) Investimentos = 48.000.000; Resultado de Equivalência = 8.000.000

105. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa Alimentos Naturais S.A. era, em 31/12/2025, de R\$ 50.000.000,00. A empresa Companhia de Compras S.A. adquiriu, nessa mesma data, 75% do total das ações da Alimentos Naturais S.A. e passou a deter o seu controle.

O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Alimentos Naturais S.A. era, em 31/12/2025, de R\$ 60.000.000,00, e o preço total pago pela Companhia de Compras S.A. pela aquisição foi de R\$ 52.000.000,00.

A composição da conta Investimentos no balanço individual da empresa Companhia de Compras S.A., referente exclusivamente à aquisição da participação citada, apresentava, na data da aquisição, os seguintes valores:

a) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 45.000.000,00; Mais-valia = R\$ 5.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 2.000.000,00.

b) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 37.500.000,00; Mais-valia = R\$ 7.500.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 7.000.000,00.

c) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 37.500.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 14.500.000,00.

d) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 45.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 7.000.000,00.

e) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 37.500.000,00; Mais-valia = R\$ 4.500.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 10.000.000,00.

106. O Balanço Patrimonial de 31/12/2024 da empresa Metalúrgica Ferro S.A., o valor total registrado para o Patrimônio Líquido era R\$ 200.000.000. Nessa mesma data, o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa totalizava R\$ 240.000.000, sendo que a diferença entre esse valor e o valor do Patrimônio Líquido contábil era devida exclusivamente à variação entre o custo original contabilizado e o valor justo de um terreno (ativo imobilizado não sujeito a depreciação).

Nesta mesma data (31/12/2024), a holding Participações Industriais S.A. adquiriu oitenta por cento (80%) das ações da Metalúrgica Ferro S.A. e passou a deter o seu controle operacional. O valor total pago em dinheiro pela aquisição foi de R\$ 180.000.000.

Durante o ano de 2025, a controlada Metalúrgica Ferro S.A. apresentou as seguintes movimentações financeiras:

- Apurou um Lucro Líquido no exercício de R\$ 15.000.000.
- Declarou e pagou dividendos no montante total de R\$ 5.000.000.

Com base estritamente nas regras contábeis vigentes (CPC 18 e CPC 15) aplicadas ao Método de Equivalência Patrimonial, é correto afirmar que a controladora Participações Industriais S.A. registrou em suas demonstrações contábeis individuais:

- a) Na data da aquisição, na conta Investimentos do ativo não circulante, o valor inicial de R\$ 160.000.000.
- b) Na data da aquisição, em conta de resultado, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 12.000.000.
- c) No encerramento do exercício de 2025, uma receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 15.000.000 no seu resultado.
- d) No ano de 2025, um aumento no saldo da conta Investimentos decorrente do recebimento de dividendos no valor de R\$ 4.000.000.

- e) Na data da aquisição, na conta Investimentos do ativo não circulante, o valor inicial de R\$ 180.000.000.

Em 31/12/2025, a Cia. Sol adquiriu 80% das ações da Cia. Lua pelo valor de R\$ 18.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. Lua era R\$ 12.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 15.000.000,00, sendo a diferença decorrente de uma máquina industrial (ativo imobilizado) adquirida anteriormente e avaliada pelo custo.

No período de 01/01/2026 a 31/12/2026, a Cia. Lua reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 800.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 150.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 60.000,00 (saldo credor).

107. O valor do ágio por rentabilidade futura (goodwill) pago pela Cia. Sol na aquisição do investimento na Cia. Lua foi, em reais, de:

- a) 5.200.000,00
- b) 2.000.000,00
- c) 3.200.000,00
- d) 6.000.000,00
- e) 1.600.000,00

108. Sabendo que a vida útil remanescente da máquina industrial que originou a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o avaliado a valor justo era de 10 anos, o impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2026 da Cia. Sol, decorrente do investimento na Cia. Lua, foi, em reais, de:

- a) 640.000,00
- b) 520.000,00
- c) 400.000,00
- d) 480.000,00
- e) 440.000,00

109. O Pronunciamento Técnico CPC 01 estabelece que determinados ativos devem ser testados quanto à redução ao valor recuperável (impairment) obrigatoriamente, pelo menos uma vez por ano, independentemente de haver indicação de desvalorização. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses ativos:

- a) Estoques de produtos acabados destinados à comercialização no ciclo operacional normal.
- b) Imóveis mantidos para valorização a longo prazo classificados como propriedade para investimento.
- c) Ágio (goodwill) adquirido em uma combinação de negócios.
- d) Contas a receber de clientes decorrentes da prestação de serviços a curto prazo.
- e) Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

110. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01, o valor em uso de um ativo é calculado considerando:

- a) O preço que seria recebido pela venda do ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado.
- b) O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera obter pelo uso contínuo de um ativo e pela sua baixa final.
- c) O valor contábil bruto menos a depreciação acumulada calculada pelo método linear.
- d) O valor de reposição do ativo no mercado atacadista de bens usados.
- e) O montante máximo que a seguradora pagaria em caso de sinistro total do bem.

111. Determinada sociedade empresária industrial possuía em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2022 um equipamento cujo custo histórico era de R\$ 8.000.000,00 e a depreciação acumulada correspondia a R\$ 2.000.000,00. A vida útil remanescente estimada na data era de 12 anos.

Ao fechar as demonstrações contábeis em 31/12/2023, o setor de contabilidade apurou os seguintes indicadores para o teste de recuperação de ativos:

- **Valor justo líquido das despesas de venda:** R\$ 5.300.000,00
- **Valor em uso:** R\$ 5.200.000,00

O valor da **perda por impairment** que a empresa deverá reconhecer no resultado do período de 2023 e o **valor contábil final** do ativo em 31/12/2023 são, respectivamente:

- a) R\$ 700.000,00 e R\$ 5.300.000,00
- b) R\$ 200.000,00 e R\$ 5.300.000,00
- c) R\$ 300.000,00 e R\$ 5.200.000,00
- d) R\$ 200.000,00 e R\$ 5.500.000,00
- e) R\$ 0,00 e R\$ 5.500.000,00

112. A Cia. Alvorada detinha um ativo intangível (patente de produção) com vida útil de 25 anos. Em 31/12/2021, o balanço indicava:

- **Custo de aquisição:** R\$ 10.000.000,00
- **(-) Amortização acumulada:** (R\$ 2.000.000,00)
- **(=) Valor contábil do ativo:** R\$ 8.000.000,00

Em 31/12/2022, a empresa realizou o teste de recuperabilidade obrigatório. Os valores obtidos foram:

- **Valor em uso:** R\$ 7.800.000,00
- **Valor justo líquido das despesas de venda:** R\$ 7.400.000,00

Considerando as regras do CPC 01, o valor contábil líquido final apresentado no encerramento de 2022 foi de:

- a) R\$ 7.400.000,00
- b) R\$ 7.600.000,00
- c) R\$ 7.800.000,00
- d) R\$ 8.000.000,00
- e) R\$ 7.200.000,00

113. Um ativo intangível (direito de exploração de marca), com vida útil definida em 15 anos, estava apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa Inova S.A. com os seguintes saldos:

Custo de aquisição: R\$ 3.000.000,00

(-) Amortização acumulada: (R\$ 600.000,00)

(=) Valor contábil do ativo: R\$ 2.400.000,00

Em 31/12/2024, para fins de balanço e aplicação do teste de redução ao valor recuperável, as seguintes estimativas foram levantadas:

• **Valor justo líquido das despesas de venda:** R\$ 2.250.000,00

• **Valor em uso:** R\$ 2.100.000,00

Sabendo que o ativo continuou a ser amortizado normalmente ao longo do ano de 2024 (com base na vida útil restante), o valor contábil líquido apresentado em 31/12/2024, após o teste de impairment, foi:

- a) R\$ R\$ 2.100.000,00
- b) R\$ R\$ 2.200.000,00
- c) R\$ R\$ 2.250.000,00
- d) R\$ R\$ 2.400.000,00
- e) R\$ R\$ 2.000.000,00

114. Em 02/01/2019, uma indústria adquiriu uma máquina por 100.000,00, que pretendia usar por 5 anos e depois doar.

Em 31/12/2019, a empresa fez um estudo e constatou que o valor gerado pelo uso da máquina seria 60.000,00 e caso vendesse obteria 70.000,00 sendo que para efetuar a venda teria um custo de 15.000.

No ano de 2020, houve uma procura muito grande por esse tipo de máquina e a empresa conseguiria, em 31/12/2020, vender por 85.000 e teria um custo com a venda de 15.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos.

- a) R\$ 60.000.
- b) R\$ 65.000.
- c) R\$ 75.000.
- d) R\$ 85.000.
- e) R\$ 100.000.

Instruções: Para responder às questões **115** a **118**, considere os dados abaixo, retirados da planilha de consolidação dos balanços patrimoniais da controladora Cia. Alfa e de sua controlada, Cia. Beta, sabendo que a investidora possui 80% das ações da investida.

Ativo	Cia. ALFA	Cia. BETA
Disponível	300.000,00	80.000,00
Clientes	450.000,00	180.000,00
Estoques	310.000,00	110.000,00
Investimentos-Cia. BETA	240.000,00	-----
Imobilizado	700.000,00	230.000,00
Total do Ativo	2.000.000,00	600.000,00
Passivo	Cia ALFA	Cia BETA
Fornecedores	600.000,00	150.000,00
Contas a Pagar	400.000,00	150.000,00
Capital	700.000,00	200.000,00
Reservas	300.000,00	100.000,00
Total do Passivo	2.000.000,00	600.000,00

Informações adicionais:

A Cia. Beta vendeu mercadorias no valor de R\$ 150.000,00 para sua controladora, auferindo um lucro de 30% sobre o preço de venda. A aquisição foi efetuada inteiramente a prazo pela Cia. Alfa, e o vencimento da respectiva duplicata se dará no exercício seguinte. Até o encerramento do exercício corrente, a controladora vendeu para terceiros 60% do lote adquirido de sua controlada, mantendo o restante em seus estoques.

115. O valor do Ativo Consolidado do grupo, em R\$, montou a:

- a) 2.600.000,00
- b) 2.360.000,00
- c) 2.210.000,00
- d) 2.192.000,00
- e) 2.150.000,00

116. O valor total do Lucro Não Realizado em estoques, decorrente da operação intercompanhia, que deve ser eliminado no processo de consolidação das demonstrações contábeis, é, em R\$, de:

- a) 45.000,00
- b) 27.000,00
- c) 18.000,00
- d) 14.400,00
- e) 3.600,00

117. O saldo destacado no Balanço Patrimonial Consolidado referente à Participação dos Acionistas Não Controladores (Minoritários) monta a:

- a) 60.000,00
- b) 56.400,00
- c) 42.000,00
- d) 38.400,00
- e) 20.000,00

118. O valor do Patrimônio Líquido Consolidado do grupo econômico, apurado após os devidos ajustes e eliminações, é, em R\$, de:

- a) 1.300.000,00
- b) 1.282.000,00
- c) 1.060.000,00
- d) 1.042.000,00
- e) 985.600,00

119. A Cia. Norte detém 90% das ações da Cia. Sul. Durante o ano de 2025, a Cia. Sul realizou a venda de estoques para a Cia. Norte pelo valor de R\$ 8.000.000,00. O custo desses estoques na Cia. Sul era de R\$ 5.000.000,00.

Sabendo que a investidora (Cia. Norte) repassou a terceiros 75% desses estoques pelo valor de R\$ 9.000.000,00 até o final do ano, nos lançamentos de eliminação na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) Consolidada deve ser feito um:

- a) débito em Receita de Vendas de R\$ 8.000.000,00 e crédito em CMV de R\$ 7.250.000,00.
- b) crédito em Receita de Vendas de R\$ 8.000.000,00 e débito em CMV de R\$ 7.250.000,00.
- c) débito em Receita de Vendas de R\$ 9.000.000,00 em contrapartida da conta de CMV.
- d) débito em Receita de Vendas de R\$ 8.000.000,00 e crédito em CMV de R\$ 5.000.000,00.
- e) débito em Receita de Vendas de R\$ 9.000.000,00 e crédito em CMV de R\$ 3.750.000,00.

120. A Cia. Alfa detém **70% das ações** da Cia. Beta. Em dezembro de 2025, foram levantados os seguintes dados sobre as operações do período:

- **Venda de estoques da Cia. Beta (investida) para a Cia. Alfa (investidora):** R\$ 5.000.000,00
- **CMV reconhecido pela Cia. Beta nessa operação específica:** R\$ 3.000.000,00

Se, ao final de 2025, o controle de estoque da Cia. Alfa acusar a existência de um **saldo de 20%** nos estoques adquiridos da investida, no processo de consolidação do Balanço Patrimonial deve ser:

- a) registrado um débito de R\$ 1.000.000,00 na conta de Estoques.
- b) reconhecido um lucro não realizado nos estoques de R\$ 200.000,00.
- c) lançado um crédito de R\$ 400.000,00 na conta de Estoques.
- d) contabilizado um débito de R\$ 400.000,00 diretamente em conta do Patrimônio Líquido.
- e) lançado um crédito de R\$ 1.000.000,00 na conta de Estoques.

RESPONSABILIDADE FISCAL*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

121. Em análise sobre o alcance subjetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a unidade de controle interno de um Estado examinou quatro entidades: uma autarquia estadual, uma fundação pública estadual, uma empresa estatal dependente e uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado, mas autossustentável e que não recebe do ente controlador recursos para pagamento de pessoal, custeio em geral ou despesas de capital nas condições caracterizadoras da dependência.

À luz da LRF, estão necessariamente submetidas ao seu campo de aplicação

- a) apenas a autarquia e a fundação pública.
- b) apenas a autarquia, a fundação pública e a empresa estatal dependente.
- c) apenas a fundação pública, a empresa estatal dependente e a sociedade de economia mista controlada.
- d) apenas a autarquia e a sociedade de economia mista controlada.
- e) todas as entidades mencionadas.

122. Uma sociedade de economia mista controlada por determinado Estado passou a receber recursos financeiros do ente controlador. Parte dos valores foi destinada ao custeio administrativo, enquanto outra parcela correspondeu a aumento da participação acionária do Estado para financiar despesas de capital da companhia.

Considerando o conceito de empresa estatal dependente adotado pela LRF, assinale a opção correta.

- a) Toda empresa controlada que receba qualquer recurso do controlador é, por esse único fato, empresa estatal dependente.

b) A dependência somente se caracteriza quando os recursos recebidos se destinam ao pagamento de despesas com pessoal.

c) Os recursos destinados ao custeio podem caracterizar dependência, enquanto os destinados a despesas de capital provenientes de aumento de participação acionária são excluídos dessa caracterização.

d) A dependência exige que a totalidade do capital social pertença ao ente controlador.

e) Os recursos destinados a despesas de capital sempre caracterizam dependência, ainda que decorrentes de aumento de participação acionária.

123. Na elaboração dos instrumentos de planejamento de determinado ente, a equipe técnica discutiu os mecanismos destinados à prevenção de riscos fiscais. Um servidor propôs inserir a reserva de contingência na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Anexo de Riscos Fiscais na Lei Orçamentária Anual; outro defendeu a solução inversa.

Segundo a sistemática da LRF, está correta a orientação segundo a qual

- a) tanto a reserva de contingência quanto o Anexo de Riscos Fiscais integram a LDO.
- b) a reserva de contingência integra a LOA, enquanto o Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO.
- c) a reserva de contingência integra o PPA, enquanto o Anexo de Riscos Fiscais integra a LOA.
- d) o Anexo de Riscos Fiscais integra o PPA, enquanto a reserva de contingência integra a LDO.
- e) ambos integram necessariamente a LOA.

124. Ao revisar os mecanismos de transparência fiscal de um ente, a auditoria constatou ampla divulgação dos instrumentos de planejamento e orçamento, disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meio eletrônico e realização de audiências públicas. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, contudo, permaneceram disponíveis ao público apenas durante o período de apreciação legislativa.

Considerando as exigências de transparência previstas na LRF, essa última prática está

- a) correta, porque a publicidade das contas limita-se ao período em que estiverem submetidas ao Poder Legislativo.
- b) correta, desde que as contas também sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas no mesmo período.
- c) incorreta, porque as contas do Chefe do Poder Executivo devem permanecer disponíveis para consulta e apreciação durante todo o exercício.
- d) incorreta apenas no caso de Municípios, pois para os demais entes basta a disponibilização durante a apreciação legislativa.
- e) correta, desde que o ente mantenha em tempo real os dados de execução orçamentária e financeira.

125. Em parecer sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, um analista sustentou que ela teria substituído a Lei nº 4.320/1964 e passado a disciplinar integralmente o ciclo orçamentário. Outro analista afirmou que a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, sem ter revogado a Lei nº 4.320/1964.

À luz do conteúdo estudado, assinale a opção correta.

- a) O primeiro analista está correto, pois a LRF revogou integralmente a Lei nº 4.320/1964.
- b) O primeiro analista está correto apenas quanto às normas de execução orçamentária.
- c) Os dois analistas estão incorretos, pois a LRF possui objeto restrito à dívida e à despesa com pessoal.

d) O segundo analista está correto, pois a LRF não substituiu a Lei nº 4.320/1964 e disciplina, especificamente, a responsabilidade na gestão fiscal.

e) O segundo analista está correto apenas porque a Lei nº 4.320/1964 possui hierarquia superior à LRF.

126. Um órgão pretende aperfeiçoar programa governamental já existente, com aumento de despesa a partir do exercício seguinte. Para autorizar a medida, o gestor solicitou a elaboração dos documentos exigidos pelo art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre esses requisitos, inclui-se

- a) estimativa do impacto apenas no exercício em que a medida entrar em vigor e autorização legislativa específica.
- b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a medida entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de declaração do ordenador da despesa quanto à adequação com a LOA e à compatibilidade com o PPA e a LDO.
- c) estimativa do impacto nos quatro exercícios subsequentes e comprovação de redução permanente de outra despesa.
- d) declaração do ordenador somente quanto à compatibilidade com a LDO, dispensada a análise em relação ao PPA.
- e) demonstração da origem permanente dos recursos, ainda que não se trate de despesa obrigatória de caráter continuado.

127. Uma lei estadual criou obrigação de natureza corrente, com execução compulsória por três exercícios financeiros. Para viabilizar a medida, o proponente apresentou estimativa de impacto e demonstrou a origem dos recursos necessários ao custeio.

Considerando a disciplina das despesas obrigatórias de caráter continuado, a situação descrita

- a) não caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado, pois somente obrigações por prazo indeterminado recebem essa classificação.
- b) caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado apenas se a despesa for de capital.
- c) caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado, pois se trata de despesa corrente derivada de lei cuja execução se estende por período superior a dois exercícios.
- d) não caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado, porque a obrigação deveria decorrer exclusivamente de ato administrativo normativo.
- e) caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado somente se sua duração exceder quatro exercícios.

128. Ao propor a criação de despesa obrigatória de caráter continuado, a Administração demonstrou a origem dos recursos para o custeio e comprovou que a medida não afetaria as metas de resultados fiscais. Para compensar seus efeitos nos períodos seguintes, pretende adotar medida permanente.

Nos termos da LRF, essa compensação poderá ocorrer mediante

- a) aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.
- b) exclusivamente aumento permanente de receita, vedada a redução de despesa.
- c) utilização de superávit financeiro apurado no exercício anterior, ainda que episódico.
- d) contratação de operação de crédito de longo prazo.
- e) alienação de bens, independentemente do caráter permanente do ingresso.

129. A Administração pretende conceder aos servidores revisão geral anual destinada apenas à recomposição do poder aquisitivo e, paralelamente, estuda conceder aumento real de remuneração acima da inflação acumulada.

Quanto às regras específicas das despesas obrigatórias de caráter continuado, é correto afirmar que

- a) ambas as medidas estão integralmente excluídas das exigências previstas para essas despesas.
- b) a revisão geral anual prevista constitucionalmente está excepcionada das regras indicadas no material, o que não autoriza estender a mesma exceção, indistintamente, ao aumento real de remuneração.
- c) apenas o aumento real está excepcionado, por representar política remuneratória permanente.
- d) nenhuma das medidas pode produzir efeitos por período superior a dois exercícios.
- e) a exceção alcança qualquer reajuste ou aumento remuneratório concedido a servidores públicos.

130. Nos últimos 180 dias do mandato do Presidente de uma Câmara Municipal, foi editado ato que aumentou a despesa com pessoal do respectivo Poder. A defesa sustentou que a vedação da LRF se aplicaria somente aos Chefes do Poder Executivo, cujos mandatos normalmente possuem duração de quatro anos.

Essa interpretação está

- a) correta, porque a regra dos 180 dias alcança exclusivamente Presidente da República, Governadores e Prefeitos.
- b) correta, desde que a Câmara não tenha ultrapassado o limite prudencial de despesa com pessoal.
- c) incorreta, porque a regra alcança o titular do respectivo Poder ou órgão, podendo atingir também mandatários de casas legislativas.
- d) incorreta apenas se o ato produzir efeitos financeiros no mandato subsequente.
- e) correta, pois o Presidente de Câmara Municipal não é titular de Poder para fins da LRF.

131. Na escrituração das contas públicas, determinada unidade passou a registrar a despesa e a assunção de compromissos pelo regime de caixa, justificando que esse critério refletiria melhor a movimentação financeira efetivamente ocorrida.

Segundo a LRF, o procedimento está

- a) correto, porque tanto a despesa quanto os compromissos devem observar exclusivamente o regime de caixa.
- b) incorreto, porque a despesa e a assunção de compromisso devem ser registradas segundo o regime de competência, apurando-se complementarmente os fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- c) correto, desde que se trate de recursos não vinculados.
- d) incorreto, porque ambos devem ser registrados pelo regime misto, sem prevalência de competência ou caixa.
- e) correto apenas para despesas de capital.

132. Um Estado deixou de encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União no prazo estabelecido para a consolidação nacional das contas relativas ao exercício anterior. A irregularidade permaneceu sem correção.

Enquanto não regularizada a situação, o Estado ficará impedido de

- a) receber qualquer transferência, inclusive constitucional, e contratar qualquer operação de crédito.
- b) receber transferências voluntárias, mas poderá contratar livremente operações de crédito.
- c) receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- d) contratar somente operações de crédito por antecipação de receita.
- e) receber transferências constitucionais, sem qualquer restrição a operações de crédito.

133. Um Município com 42 mil habitantes optou por utilizar as faculdades previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal para entes de pequeno porte. A equipe técnica propôs publicar semestralmente tanto o Relatório de Gestão Fiscal quanto o próprio Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

A proposta está

- a) correta, porque Municípios com menos de 50 mil habitantes podem tornar semestrais ambos os relatórios.
- b) correta apenas se houver autorização específica na LDO.
- c) incorreta, porque a faculdade de divulgação semestral alcança o RGF e determinados demonstrativos, não transformando o próprio RREO em relatório semestral.
- d) incorreta, porque nem o RGF pode ter periodicidade semestral.
- e) correta desde que o Município publique mensalmente os dados de despesa com pessoal.

134. Ao examinar a situação fiscal de determinado Poder, o Tribunal de Contas constatou que a despesa total com pessoal atingira 91% do respectivo limite legal. Não havia, contudo, extrapolação do limite máximo.

Nessa hipótese, a LRF determina que o Tribunal de Contas

- a) aplique imediatamente as vedações decorrentes da ultrapassagem do limite máximo.
- b) emita alerta ao Poder ou órgão, porque a despesa total com pessoal ultrapassou 90% do respectivo limite.
- c) aguarde o atingimento de 95% do limite antes de qualquer atuação.
- d) determine automaticamente a exoneração de servidores não estáveis.
- e) promova limitação de empenho em substituição ao titular do Poder.

135. No planejamento da fiscalização da gestão fiscal, a equipe de controle interno discutiu quais matérias merecem ênfase segundo a LRF. Entre as propostas estavam o atingimento das metas estabelecidas na LDO, os limites e condições para operações de crédito e inscrição em restos a pagar e as providências para recondução das dívidas aos respectivos limites.

Segundo a LRF, essas matérias

- a) integram, todas elas, o conjunto de aspectos aos quais a fiscalização deve conferir ênfase.
- b) não integram a fiscalização da gestão fiscal, que se limita à legalidade das despesas.
- c) integram a fiscalização apenas quando houver extrapolação da despesa com pessoal.
- d) abrangem somente o Poder Executivo, não alcançando os demais Poderes e órgãos.
- e) seriam pertinentes apenas se as metas estivessem previstas no PPA, e não na LDO.

136. Ao final de determinado quadrimestre, a dívida consolidada de um Estado ultrapassou o limite aplicável. Não se tratava do primeiro quadrimestre do último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

Pela regra geral da LRF, o excedente deverá ser reconduzido ao limite

- a) integralmente até o término do quadrimestre seguinte.
- b) até o término dos dois quadrimestres subsequentes, reduzindo-se ao menos 25% no primeiro.
- c) até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo-se ao menos 25% do excedente no primeiro.
- d) até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo-se ao menos 50% do excedente no primeiro.
- e) somente até o encerramento do exercício financeiro seguinte.

137. Um Estado pretende contratar operação de crédito externo para financiar projeto de investimento. Na preparação do pleito, questionou-se quais elementos deveriam instruir sua análise conforme a LRF.

Entre as exigências aplicáveis está

- a) parecer técnico e jurídico, demonstração da relação custo-benefício e do interesse econômico-social, autorização legal e, por se tratar de operação externa, autorização específica do Senado Federal.
- b) apenas comprovação de capacidade de pagamento, dispensada autorização legal quando houver investimento previsto no PPA.
- c) autorização exclusiva do Banco Central, que substitui a manifestação do Senado Federal.
- d) demonstração de interesse econômico, sendo desnecessária a demonstração de interesse social.
- e) autorização apenas na LDO, vedada autorização em lei específica.

138. No início do exercício, determinado Município pretende contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária para cobrir insuficiência temporária de caixa. A Administração programou a contratação para o quinto dia do exercício e a liquidação para 20 de dezembro.

À luz das regras da LRF, o cronograma é

- a) regular, pois a ARO pode ser contratada desde o primeiro dia do exercício e liquidada até 31 de dezembro.
- b) irregular apenas quanto à data de contratação, pois a liquidação em 20 de dezembro é permitida.
- c) irregular, pois a ARO somente pode ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício e deve ser liquidada, com juros e encargos, até 10 de dezembro.
- d) regular, desde que a operação esteja prevista na LOA.
- e) irregular apenas se houver outra operação de crédito de longo prazo em andamento.

139. Nos últimos dois quadrimestres do mandato, o titular de determinado Poder pretende assumir obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício seguinte. Há suficiente disponibilidade de caixa, já considerados os encargos e as despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Segundo o art. 42 da LRF, essa obrigação

- a) é absolutamente vedada, pois nenhuma parcela pode ser transferida para o exercício seguinte.
- b) pode ser assumida, desde que exista suficiente disponibilidade de caixa para as parcelas a serem pagas no exercício seguinte.
- c) somente pode ser assumida se corresponder a despesa obrigatória de caráter continuado.
- d) pode ser assumida independentemente de disponibilidade de caixa, desde que prevista na LOA.
- e) é vedada apenas nos últimos 180 dias do mandato.

140. Um Estado solicitou à União garantia para operação de crédito e ofereceu contragarantia em valor superior ao da garantia pretendida. O ente encontrava-se adimplente perante a União e as entidades por ela controladas. Cogitou-se, ainda, vincular receitas tributárias próprias e transferências constitucionais como contragarantia.

De acordo com a LRF, assinale a opção correta.

- a) A contragarantia deve ter valor necessariamente inferior ao da garantia concedida.
- b) A adimplência do ente perante o garantidor é irrelevante para a concessão da garantia.
- c) A garantia, em regra, condiciona-se a contragarantia em valor igual ou superior e à adimplência, podendo a contragarantia exigida pela União compreender as receitas indicadas, nos termos legais.
- d) É vedada a utilização de receitas de transferências constitucionais como contragarantia em qualquer hipótese.
- e) A LRF exige contragarantia inclusive de órgãos e entidades do próprio ente garantidor.

TECNOLOGIA APLICADA À CONTABILIDADE

Gilmar Possati

141. De acordo com o Decreto nº 10.540/2020, o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic) corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, utilizada por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, incluídas as defensorias públicas de cada ente federativo. Nos termos do decreto, entende-se como Siafic mantido e gerenciado pelo Poder Executivo

- a) a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento, pela manutenção e atualização do Siafic e pela definição das regras contábeis, ficando as políticas de acesso e segurança a cargo de cada Poder usuário.
- b) a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento e pela manutenção do Siafic, cabendo ao órgão central de contabilidade da União a definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança.
- c) a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento, pela manutenção e atualização do Siafic e pela definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança e de arquitetura.
- d) a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento do Siafic e pela definição das políticas de acesso, cabendo ao Tribunal de Contas competente a definição das regras contábeis.
- e) a responsabilidade pela manutenção e atualização do Siafic, vedada ao Poder Executivo a contratação de solução desenvolvida por terceiros.

142. Sobre a transparência da gestão fiscal e os sistemas de execução orçamentária e financeira, considere as afirmações a seguir, à luz da Lei Complementar nº 101/2000.

I. Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.

III. As empresas estatais não dependentes ficam igualmente obrigadas a utilizar o sistema único do ente, por integrarem a administração indireta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

143. Nos termos do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.540/2020, o Siafic tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidenciação, no mínimo, de determinadas informações. NÃO integra essa lista mínima a evidenciação

- a) da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial.
- b) das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos.
- c) da situação, perante a Fazenda Pública, daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens.

d) da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica.

e) do resultado das auditorias realizadas pelo órgão de controle interno sobre cada unidade gestora.

144. Para os fins do Decreto nº 10.540/2020, o documento, físico ou eletrônico, gerado ou não pelo Siafic, que comprova a transação na entidade do setor público, e o documento gerado pelo Siafic que origina os lançamentos contábeis, tais como notas de empenho, notas de lançamento e notas de dotação, são denominados, respectivamente,

- a) documento contábil e documento de suporte.
- b) registro contábil e documento contábil.
- c) documento de suporte e registro contábil.
- d) documento de suporte e documento contábil.
- e) documento fiscal e documento de suporte.

145. O município fictício de Provolândia efetuou, no Siafic, os seguintes registros relativos ao exercício imediatamente anterior: em 28 de janeiro, a inscrição de restos a pagar; em 22 de fevereiro, o registro de atos de gestão orçamentária pendentes do exercício anterior; em 15 de março, o ajuste de depreciação necessário à elaboração das demonstrações contábeis; em 15 de abril, novo ajuste patrimonial nas demonstrações do exercício anterior, sem observância de norma do órgão central de contabilidade da União. Considerando o art. 6º do Decreto nº 10.540/2020, na redação dada pelo Decreto nº 11.644/2023, foram efetuados dentro dos prazos de disponibilidade do Siafic APENAS os registros de

- a) 28 de janeiro e 15 de março.
- b) 28 de janeiro, 22 de fevereiro e 15 de março.
- c) 28 de janeiro e 22 de fevereiro.
- d) 15 de março e 15 de abril.
- e) 28 de janeiro, 22 de fevereiro, 15 de março e 15 de abril.

146. Em 20 de janeiro, dentro do prazo de disponibilidade do sistema para os registros do exercício anterior, o contador do município fictício de Netuno registrou no Siafic, com data de 15 de dezembro, a liquidação de uma despesa cujo fato contábil ocorreu naquela data. Considerando o art. 4º, § 10, e o art. 6º do Decreto nº 10.540/2020, o registro

- a) é vedado, pois a data do registro deve ser sempre a data em que o usuário efetua a operação no sistema.
- b) é vedado, pois configura utilização de ferramenta de sistema que refaz lançamentos em momento posterior ao fato.
- c) é admitido, desde que autorizado pelo Tribunal de Contas competente.
- d) é admitido apenas se o valor for inferior ao limite de dispensa de licitação.
- e) é admitido, pois a vedação à geração de registro com data diversa da do fato contábil ressalva expressamente o disposto no art. 6º, e a data atribuída corresponde à do fato.

147. De acordo com o art. 8º do Decreto nº 10.540/2020, entre as informações relativas à despesa que o Siafic deverá permitir disponibilizar em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, quanto aos convênios realizados, tem-se que devem constar

- a) o número do processo correspondente, o nome e a identificação por CPF ou CNPJ do conveniente, o objeto e o valor.
- b) o número do processo correspondente, o nome do conveniente e o valor, resguardada a identificação por CPF ou CNPJ.
- c) o objeto e o valor, dispensada a indicação do processo quando o convênio for celebrado com outro ente federativo.
- d) o nome e a identificação por CPF ou CNPJ do conveniente e o valor, sendo o objeto divulgado apenas mediante requerimento.

e) o número do processo e o valor, sendo a identificação do conveniente divulgada apenas para pessoas jurídicas.

148. A Lei nº 12.527/2011 estabelece o dever dos órgãos e entidades públicas de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral, e relaciona, no § 1º do art. 8º, o conteúdo mínimo dessa divulgação. NÃO consta desse rol

- a) o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
- b) as informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.
- c) as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
- d) a relação nominal dos servidores, com a respectiva remuneração, elaborada mensalmente.
- e) os registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.

149. Ao disponibilizar informações da execução orçamentária que contenham dados pessoais, os entes federativos devem observar a Lei nº 13.709/2018, conforme determina o art. 7º, § 3º, III, do Decreto nº 10.540/2020. Nos termos dessa lei, o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público

- a) depende, em qualquer hipótese, do consentimento prévio do titular, fornecido por escrito.
- b) é vedado quando os dados se referirem a servidores públicos, protegidos pela intimidade.
- c) deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, devendo ser informadas as hipóteses em que realizam o tratamento.
- d) somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e específica da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- e) dispensa a indicação de encarregado, exigida apenas dos agentes de tratamento privados.

150. Considere as afirmações a seguir, relativas aos requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do Siafic previstos no Decreto nº 10.540/2020.

- I. O Siafic atenderá, preferencialmente, à arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING).
- II. O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários conterà, no mínimo, o código CPF do usuário, a operação realizada e a data e a hora da operação.
- III. A cópia de segurança da base de dados do Siafic deverá ser realizada obrigatoriamente com periodicidade diária, vedada periodicidade diversa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.

d) I.

e) III.

151. O administrador do Siafic do município fictício de Provolândia cadastrou um novo usuário com perfil de execução orçamentária e financeira, mediante autorização expressa da chefia imediata do servidor, sem exigir a assinatura do termo de responsabilidade pelo uso adequado do sistema, por entender que a autorização da chefia o supre. Considerando o art. 11 do Decreto nº 10.540/2020, o cadastramento

- a) é regular, pois a autorização da chefia imediata é o único requisito do decreto para o cadastramento de usuários.
- b) é regular, desde que o usuário utilize certificado digital como mecanismo de autenticação.
- c) é irregular, pois o cadastramento de usuários é competência exclusiva do órgão central de contabilidade da União.
- d) é irregular, pois o § 2º do art. 11 exige, cumulativamente, a autorização expressa da chefia imediata ou de servidor hierarquicamente superior e a assinatura do termo de responsabilidade pelo uso adequado do Siafic.
- e) é irregular apenas se o usuário vier a realizar operações por meio da internet.

Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números **152** e **153**.

A conciliação bancária da conta corrente de recursos não vinculados do município fictício de Netuno, em 31 de agosto, apresentou os seguintes dados:

Saldo do extrato bancário R\$ 2.400.000

Saldo do Razão contábil R\$ 2.170.000

Ordens bancárias emitidas em 30 de agosto e debitadas pelo banco em 2 de setembro R\$ 150.000

Arrecadação de ISS creditada pelo banco em 31 de agosto, cujo arquivo de arrecadação ainda não havia sido processado pela contabilidade R\$ 60.000

Rendimento de aplicação financeira creditado pelo banco em 31 de agosto e não contabilizado R\$ 24.000

Tarifa bancária debitada pelo banco em 29 de agosto e não contabilizada R\$ 4.000

152. O saldo conciliado da conta, em 31 de agosto, foi, em reais,

- a) 2.020.000.
- b) 2.254.000.
- c) 2.400.000.
- d) 2.320.000.
- e) 2.250.000.

153. Considerando os requisitos dos procedimentos contábeis do Decreto nº 10.540/2020, o efeito líquido, sobre o saldo contábil da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, dos ajustes que exigem registro no Siafic em decorrência dessa conciliação é, em reais, um aumento de

- a) 150.000.
- b) 80.000.
- c) 88.000.
- d) 230.000.
- e) 84.000.

154. Nos termos do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000, os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, e este promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, respectivamente, até

- a) trinta de abril e trinta e um de maio.
- b) trinta de março e trinta de junho.
- c) trinta e um de maio e trinta de junho.
- d) trinta de junho e trinta e um de julho.
- e) trinta de abril e trinta de junho.

155. No Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi, o indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) corresponde ao percentual de acertos do ente nas verificações realizadas. O município fictício de Netuno obteve 38 acertos em 40 verificações. Com base nas faixas de classificação do ranking, o município é enquadrado na faixa

- a) A.
- b) B.
- c) C.
- d) D.
- e) E.

156. De acordo com a Estrutura Conceitual das NBC TSP, a característica qualitativa da informação contábil que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, e que depende da aplicação consistente de políticas e procedimentos ao longo do tempo, é a

- a) relevância.
- b) representação fidedigna.
- c) tempestividade.
- d) verificabilidade.
- e) comparabilidade.

157. No Siafic do município fictício de Provolândia, o sistema recusa a emissão de nota de empenho em valor superior ao saldo do crédito orçamentário e, mensalmente, executa rotina automática que confronta o resumo da folha de pagamento com as variações patrimoniais diminutivas de pessoal registradas. Quanto ao momento de atuação, esses dois controles são classificados, respectivamente, como

- a) detectivo e preventivo.
- b) corretivo e detectivo.
- c) preventivo e corretivo.
- d) preventivo e detectivo.
- e) detectivo e corretivo.

158. Em um painel de Business Intelligence construído sobre o data warehouse de execução orçamentária do município fictício de Netuno, o usuário fixou a dimensão fonte de recursos no valor "recursos não vinculados de impostos" e passou a visualizar todas as demais dimensões e medidas apenas para essa fonte. A operação OLAP executada é denominada

- a) drill-down.
- b) slice.
- c) roll-up.
- d) pivot.
- e) dice.

159. A Secretaria de Saúde do município fictício de Provolândia implantou, em ferramenta de Business Intelligence, um painel de apuração de custos alimentado por rotina de extração, transformação e carga (ETL) a partir do Siafic (despesa liquidada por unidade), do sistema de patrimônio (depreciação dos bens de cada unidade) e do sistema de almoxarifado (material requisitado e consumido). Para a unidade de atenção básica, em determinado mês, o painel consolidou os seguintes dados:

Despesa orçamentária liquidada na unidade
R\$ 1.200.000

Aquisição de equipamentos, incluída na despesa liquidada R\$ 150.000

Material de consumo adquirido no mês, incluído na despesa liquidada R\$ 100.000

Material de consumo efetivamente requisitado e consumido no mês R\$ 80.000

Depreciação dos bens da unidade no mês, apurada no sistema de patrimônio R\$ 30.000

Atendimentos realizados no mês 5.000

Considerando que a medida "custo por atendimento" do painel é calculada com os ajustes necessários à passagem da ótica orçamentária para a ótica de custos, o valor apresentado pelo painel para o mês foi, em reais,

- a) 240.
- b) 210.
- c) 212.
- d) 216.
- e) 206.

160. O órgão central de contabilidade do município fictício de Netuno pretende utilizar ferramenta de Business Intelligence para a apuração de custos dos serviços públicos, em atendimento ao art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e à NBC TSP 34. Sobre a estruturação dessa solução, tem-se que

- a) a tabela fato deve reunir as medidas de custo por centro de custo e período, integrando aos dados orçamentários do Siafic a depreciação do sistema de patrimônio e o consumo do almoxarifado, com dimensões como objeto de custo, natureza da despesa e período, e com os direcionadores de custo servindo de base para a alocação dos custos indiretos aos objetos.
- b) a tabela fato deve reunir apenas os dados orçamentários do Siafic, pois a despesa orçamentária liquidada por unidade equivale ao custo do serviço no período, dispensada a integração com os sistemas de patrimônio e de almoxarifado.
- c) a tabela fato deve armazenar os atributos descritivos dos centros de custo e dos objetos de custo, ficando os valores de custo armazenados nas tabelas dimensão, para permitir as operações de drill-down e roll-up.
- d) o painel de BI substitui o sistema de custos exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, dispensando a elaboração do relatório de custos e das notas explicativas sobre o modelo adotado previstos na NBC TSP 34.
- e) a alocação dos custos indiretos aos objetos de custo deve ser feita manualmente, fora da ferramenta de BI, por ser vedada a utilização de critérios automatizados de rateio na apuração de custos do setor público.

deve observar as disposições da NBC TSP 34 sobre os usuários dessas informações. Assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos de controle são os principais usuários da informação de custos e, em regra, demandam relatórios específicos e customizados.
- b) Os gestores são os principais usuários da informação de custos e, em regra, demandam informações customizadas, no formato de relatórios de custos específicos.
- c) Os cidadãos e os membros do Poder Legislativo não são usuários da informação de custos.
- d) Os gestores demandam, em regra, somente informações gerais, agregadas, consolidadas e padronizadas.
- e) A informação de custos destina-se exclusivamente aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

162. Na apuração dos custos de uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, devem ser observados os critérios da NBC TSP 34. Tendo como base essa norma, analise as assertivas a seguir.

- I. A identificação e a segregação entre custos e perdas são necessárias, pois as perdas não são atribuídas aos objetos de custos.
- II. O custo do período é determinado pelo momento da liquidação da despesa orçamentária, ainda que o consumo do recurso ocorra em período diferente.
- III. A depreciação é exemplo de situação em que o fato gerador pode ocorrer em momento distinto da liquidação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Júlio Cardozo

161. Ao preparar relatórios de custos para gestores da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e para outros interessados, uma equipe

163. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Em estágios iniciais de maturidade do modelo de gerenciamento de custos, recomenda-se o custeio por absorção integral.
- b) O custeio baseado em atividades (ABC) é obrigatório para entidades com maior grau de maturidade do modelo de gerenciamento de custos.
- c) Uma vez escolhido, o método de custeio não pode ser alterado, ainda que os efeitos da mudança sejam documentados.
- d) A entidade pode continuar utilizando o custeio direto ao avançar na maturidade de seu modelo, quando for irrelevante atribuir os custos indiretos.
- e) O ABC é uma técnica destinada exclusivamente à apropriação de custos diretos aos objetos de custos finais.

164. Ao definir como atribuir custos aos seus objetos de custos, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina deve observar a ordem hierárquica de prioridade prevista na NBC TSP 34, sempre que possível e economicamente viável. Essa ordem é:

- a) Apropriação dos custos diretos; alocação de custos indiretos mediante direcionadores; alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes.
- b) Rateio de todos os custos; apropriação dos custos diretos; identificação dos direcionadores de custos.
- c) Alocação dos custos indiretos mediante direcionadores; apropriação dos custos diretos; rateio dos custos indiretos remanescentes.
- d) Apropriação dos custos diretos; rateio dos custos indiretos remanescentes; alocação dos custos indiretos mediante direcionadores.
- e) Apropriação dos custos diretos; alocação arbitrária dos custos indiretos; rateio das perdas entre os objetos de custos finais.

165. Com base na NBC TSP 34, analise as afirmações sobre a divulgação de relatórios de custos.

- I. É recomendável que a entidade divulgue relatório de custos em base regular, com periodicidade mínima anual.
- II. Os relatórios de custos específicos devem ser divulgados obrigatoriamente, na periodicidade estabelecida pelos gestores.
- III. Somente os relatórios de custos específicos devem ser acompanhados por notas explicativas sobre o modelo de gerenciamento de custos adotado.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

166. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Materialidade, tempestividade e custo-benefício são restrições às características qualitativas da informação de custos.
- b) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade são características qualitativas da informação de custos.
- c) A comparabilidade é uma restrição aplicável apenas aos relatórios destinados aos órgãos de controle.
- d) A informação de custos deve alcançar exatidão e refinamento máximos, independentemente do custo de sua produção.
- e) A relevância da informação dispensa a avaliação de sua materialidade e da relação entre custo e benefício.

167. Uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina apurou, em determinado período, os seguintes valores relacionados a um serviço de atendimento ao público:

- Custos diretos atribuíveis ao serviço: R\$ 240.000;
- Custos indiretos compartilhados com outros serviços: R\$ 90.000;
- Parcela dos custos indiretos atribuível ao serviço, conforme direcionador de custos adotado: 40%;
- Perda decorrente de evento anormal e imprevisível: R\$ 12.000.

No período, foram realizados 4.000 atendimentos. Considerando os dados apresentados e a NBC TSP 34, o custo por atendimento foi de

- a) R\$ 60,00.
- b) R\$ 69,00.
- c) R\$ 72,00.
- d) R\$ 82,50.
- e) R\$ 85,50.

168. Ao estruturar centros de responsabilidade na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a administração deve observar a NBC TSP 34. Considere as afirmações.

I. Cabe à alta administração da entidade definir e estruturar seus centros de responsabilidade.

II. Para definir e estabelecer os centros de responsabilidade, a entidade deve considerar como fator predominante a quantidade de bens e serviços entregues à sociedade.

III. Uma entidade que produz um único tipo de bem ou serviço pode ter somente um centro de responsabilidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

169. Ao desenvolver um modelo de gerenciamento de custos, um órgão público de Santa Catarina percorre as etapas recomendadas pela NBC TSP 34. Na etapa de implantação, o objetivo indicado pela norma é

- a) mensurar e evidenciar os custos, bem como verificar a conformidade das informações geradas.
- b) escolher o sistema de acumulação, o método de custeio e as bases de mensuração.
- c) explicitar a principal finalidade do modelo e seus propósitos de uso.
- d) analisar as informações geradas para avaliar o consumo dos recursos.
- e) definir os centros de responsabilidade e os objetos de custos.

170. De acordo com os exemplos apresentados na NBC TSP 34, constitui objeto de custo intermediário

- a) o serviço de saúde entregue à sociedade para satisfazer uma necessidade da população.
- b) o serviço de segurança pública entregue à sociedade.
- c) o serviço de saneamento entregue à sociedade.
- d) o serviço de educação entregue à sociedade.
- e) um programa elencado no plano de governo que evidencia o custo da atuação governamental.

171. Acerca da integração das bases de dados ao sistema de informação de custos, assinale a alternativa correta segundo a NBC TSP 34.

- a) O uso de base de dados não contábil é vedado, mesmo quando seja possível conciliar seus dados.
- b) A entidade pode utilizar procedimentos manuais para alimentar o sistema de informação de custos, inclusive planilhas eletrônicas em uma base simplificada, desde que garanta a conformidade e a rastreabilidade dos dados.
- c) As bases de dados devem conter exclusivamente informações monetárias, pois as informações físicas não auxiliam a avaliação de desempenho.
- d) A integração das bases de dados dispensa sua avaliação contínua pela entidade.
- e) A utilização de procedimentos manuais elimina a necessidade de rastrear os dados até sua origem.

172. Um órgão público catarinense argumenta que seu pequeno porte e sua base simplificada de dados afastariam a necessidade de iniciar um modelo de gerenciamento de custos. De acordo com a NBC TSP 34, essa conclusão está

- a) correta, pois somente entidades com bases de dados complexas devem desenvolver sistemas de custos.
- b) correta, desde que o órgão apresente relatórios de despesas orçamentárias.
- c) incorreta, pois o porte da entidade ou uma base simplificada não justificam a ausência de iniciativas para desenvolver o modelo e o sistema de informação de custos.
- d) incorreta apenas se o órgão já possuir sistema informatizado de custos em funcionamento.
- e) correta, pois modelos concebidos com base simplificada não podem evoluir posteriormente.

173. Quanto à gestão de custos no setor público, assinale a alternativa correta conforme a NBC TSP 34.

- a) O apoio da alta administração se encerra quando o modelo de gerenciamento de custos é implantado.
- b) A qualidade dos dados utilizados no sistema de custos é responsabilidade exclusiva do profissional da contabilidade.
- c) Os gestores devem produzir informações de custos, mas seu uso nos processos decisórios é facultativo para a alta administração.
- d) A alta administração é responsável por apoiar efetivamente a geração da informação de custos e por responsabilizar os gestores pela qualidade dos dados e pelo uso das informações nos processos decisórios.
- e) A informação de custos deve ser usada somente para a prestação de contas, sem aplicação no planejamento e na avaliação de desempenho.

174. Na análise comparativa dos custos entre unidades vinculadas de um órgão público catarinense, aplica-se um modelo de gerenciamento de custos padronizado. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a comparação incidir sobre objetos de custo intermediários, é obrigatório adotar o custeio por absorção integral.
- b) Quando a comparação incidir sobre o objeto de custo final, recomenda-se adotar exclusivamente o custeio direto.
- c) A padronização do modelo dispensa a consideração das condições geográficas e das restrições operacionais de cada unidade.
- d) A comparação entre unidades exige que cada uma utilize critérios próprios de mensuração, sem necessidade de consistência entre eles.
- e) Quando a comparação incidir sobre a mensuração do objeto de custo final, recomenda-se o custeio por absorção integral, para não subestimar os insumos consumidos ou utilizados.

175. Considere que uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina utilize um prédio cedido por outra entidade em suas atividades. Conforme a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) O consumo do recurso deve ser atribuído aos objetos de custos, ainda que a entidade beneficiada não seja responsável pelo desembolso.
- b) O recurso somente pode compor os custos da unidade após o pagamento de aluguel à entidade cedente.
- c) A ausência de desembolso impede a atribuição do consumo do recurso aos objetos de custos.
- d) O recurso deve ser tratado necessariamente como perda, pois não decorre de despesa orçamentária da entidade beneficiada.
- e) A atribuição do consumo do recurso depende de a entidade beneficiada assumir integralmente o desembolso.

176. Uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina recebeu servidores cedidos por outra entidade para prestar determinado serviço. No mês, foram apurados os seguintes valores atribuíveis ao serviço:

- Custos diretos desembolsados pela unidade: R\$ 160.000;
- Custo mensurado do trabalho dos servidores cedidos, sem desembolso pela unidade: R\$ 20.000;
- Custos indiretos compartilhados: R\$ 60.000;
- Parcela dos custos indiretos atribuída ao serviço por direcionador de custos: 50%.

Foram realizados 3.500 atendimentos. Conforme a NBC TSP 34, o custo por atendimento é de

- a) R\$ 45,71.
- b) R\$ 51,43.
- c) R\$ 60,00.
- d) R\$ 68,57.
- e) R\$ 74,29.

177. Na geração de informações de custos de um órgão público de Santa Catarina, a NBC TSP 34 distingue a responsabilidade pela geração dessas informações daquela relativa aos dados extraídos dos sistemas de origem. Essas responsabilidades cabem, respectivamente,

- a) à alta administração e exclusivamente ao profissional da contabilidade.
- b) ao profissional da contabilidade e aos gestores das transações registradas nos sistemas integrados ao sistema de informação de custos.
- c) aos gestores dos centros de responsabilidade e aos órgãos de controle.
- d) ao responsável pelo orçamento e ao profissional da contabilidade.
- e) à equipe de tecnologia da informação e à alta administração, exclusivamente.

178. Para apurar o custo de um serviço prestado em determinado mês, uma unidade pública catarinense levantou os seguintes dados, todos relativos a esse serviço:

- Trabalho utilizado no mês: R\$ 180.000;
- Materiais retirados do estoque e consumidos no mês: R\$ 45.000;
- Depreciação dos equipamentos utilizados no mês: R\$ 15.000;
- Apropriação mensal do 13º salário: R\$ 12.000;
- Materiais comprados e pagos no mês, mas ainda mantidos em estoque: R\$ 30.000;
- Perda decorrente de evento anormal e imprevisível: R\$ 8.000.

Foram prestados 6.000 atendimentos no mês. Conforme a NBC TSP 34, o custo unitário desses atendimentos foi de

- a) R\$ 40,00.
- b) R\$ 42,00.
- c) R\$ 43,33.
- d) R\$ 47,00.
- e) R\$ 48,33.

179. Com base na NBC TSP 34, analise as afirmações.

- I. Cada entidade deve identificar, acumular e relatar os custos de seus objetos em uma base regular, por meio de sistema de custos.
- II. Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação.
- III. Os resultados e a forma como foram obtidos, incluindo as principais atividades, processos e procedimentos adotados na identificação, acumulação e evidenciação dos custos, devem ser mapeados e documentados.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

180. Um órgão público de Santa Catarina apura o custo de um serviço prestado em determinada unidade. No período, foram identificados:

- Custos diretos do serviço: R\$ 180.000;
- Custos indiretos compartilhados: R\$ 120.000;
- Área ocupada pela unidade que presta o serviço: 400 m²;
- Área total considerada para o rateio: 1.600 m².

Admitindo que a área ocupada seja uma base de rateio razoável e consistente, e que tenham sido prestados 3.000 atendimentos, o custo por atendimento é de

- a) R\$ 60,00.
 - b) R\$ 70,00.
 - c) R\$ 75,00.
 - d) R\$ 100,00.
 - e) R\$ 120,00.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>